



Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1983
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Fiori Luiz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida Cesar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (38); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nestor Baptista, Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Ferrari Júnior, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Almeida, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Quielse Crisóstomo, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado (19), e, em licença, o Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sob a Proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação a ata que acaba de ser lida.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.
Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requero chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vinte e sete Srs. Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

A Mesa procede a verificação de votação das atas que

acabam de ser lidas. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e cinco Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita.

Aprovadas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

Ofícios:

Sob o nº DTL/13/83, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, o Projeto de Lei nº:

88/82: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a IRMANDADE DAS IRMÃS DIACONISAS BETÂNIA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 7.701. — Anote-se. Arquite-se.

Sob o nº 004/83, do Senhor DIMAS ANTÔNIO LEUGI — Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, comunicando a aprovação do requerimento de autoria do Vereador ANTÔNIO NATÁLIO DOS SANTOS, o qual solicita estudos e a promoção de trabalho visando o seguinte:

a) proibir a inclusão de alimentos e mercadorias de procedência estrangeira na formação da CESTA DE ALIMENTOS a ser vendida aos desempregados e aos trabalhadores de baixa renda a preços subsidiados;

b) incluir em plano prioritário os derivados de milho (fubá, canjicas e creme de milho), banha de porco, arroz e feijão entre os demais alimentos que farão parte da mencionada cesta;

c) que a cesta de alimentos seja vendida também no Estado do Paraná e, inclusive nas cidades de Maringá e Apucarana. — Ao conhecimento da Casa.

Ofício nº 0123.083.0

Curitiba, 27 de maio de 1983.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência um exemplar do Diário Oficial do Estado do Paraná, nº 1.539, de 19 de maio de 1983, em cuja página 2 estão publicados os Decretos nº 771 e 777, ambos datados de 18 de maio corrente, assinados pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sendo o de nº 771 referendado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, Horácio Racamello Filho, pelos quais o Senhor Osvaldo Evangelista de Macedo é nomeado Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e Assessor Político do Gabinete da Governadoria.

Encaminho também, cópia das notas taquigráficas da acusação que apresentamos a esta Assembléia Legislativa, no horário da Liderança da sessão do dia 26.05.83, com base na Constituição Federal e na Constituição Estadual para que se processe, nos termos do Art. 22, inciso IV, combinado com os Artigos 48, 49 e 50, seus incisos e parágrafos, da Constituição Estadual, conta o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Calil Richa.

Solicito a Vossa Excelência o envio do presente Ofício à Comissão de Constituição e Justiça para as suas providências cabíveis, considerando-se a documentação anexa a este.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Excelentíssimo Senhor

Deputado Trajano Bastos

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Neste Edifício.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Anexos:

DECRETO Nº 771

O Governador do Estado do Paraná

Resolve, nos termos do § 6.º do art. 41 da Constituição Estadual, nomear OSVALDO EVANGELISTA DE MACEDO, RG n.º 370.242, para exercer, em comissão, o cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Curitiba, em 18 de maio de 1983, 162.º da Independência e 95.º da República.

JOSÉ RICA

Governador do Estado

HORÁCIO RACCANELLO FILHO

Secretário de Estado da Justiça

DECRETO Nº 777

O Governador do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o art. 47, itens II e XVI, da Constituição Estadual,

Resolve designar OSVALDO EVANGELISTA DE MACEDO, RG n.º 370.242, para exercer a função, não remunerada de Assessor Político do Gabinete da Governadoria.

Curitiba, em 18 de maio de 1983, 162.º da Independência e 95.º da República.

JOSÉ RICA

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei de sua autoria sob o n.º 32/83, que trata das Custas Judiciais.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão plenária do dia 3 de junho próximo para que, neste dia, sejam compostas as Comissões desta Casa.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(aa) NILSO SGUAREZI

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o encaminhamento dos Projetos de Resolução n.º 46, 47, 49 e 50/83, à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para que sejam emitidos parecer a respeito.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após aprovação o Plenário, REQUER, um voto de profundo pesar pelo passamento, em data de ontem, da Senhora Maria de Lourdes Kudri, irmã dos jornalistas Abdo Kudri e Jorge Kudri.

Requer outrossim, após decisão do plenário, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa dos irmãos Jorge e Abdo Kudri, no jornal "Diário Popular".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado um voto de pesar pelo falecimento, em Curitiba, da Sra. Nair de Souza Loyola, viúva do Sr. João Guilherme Loyola e mãe do radialista Reginaldo Loyola, a quem peço se dê ciência da decisão deste Poder.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor ANTÔNIO TEIXEIRA DA ROCHA, falecido na cidade de Rio Branco do Sul no dia 27 de maio de 1983.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa da Senhora Regina Jovinski da Rocha (aos cuidados do Senhor Benjamim Costa, em Rio Branco do Sul).

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do empresário paranaense ZIZIMO DE CARVALHO, um dos fundadores do extinto MDB - Movimento Democrático Brasileiro e, também, um dos fundadores do atual PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) MÁRIO JOSÉ DE ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

É bom que se registre que Zizimo de Carvalho sofreu, como tantos outros paranaenses, as conseqüências da repressão em 1975, cujo relato foi ilustrado pelo jornal "Folha de Londrina" recentemente, sendo que o conjunto da sociedade civil, após ser ouvida a respeito da série "Repressão", condenou veementemente a repressão em torno do que foi chamado "Operação Marumbi".

Zizimo foi um empresário nacional que lutou contra a política imposta de interferência econômica exterior que não ajudava o Brasil a se constituir como uma Nação economicamente independente.

Pela sua combatividade na luta por uma sociedade democrática, justa e humana, pedimos um voto de pesar para Zizimo de Carvalho, que ao morrer deixou esposa e 03 filhas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo passamento de HERIBERTO BRUNING, ocorrido este mês, na cidade de Rio Branco do Sul, onde o extinto era residente e domiciliado.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Esta manifestação de solidariedade à família enlutada, objetiva prestar uma modesta, mas justa homenagem a um dos

dos principais pioneiros e fundadores da cidade de Nova Esperança. Em 1948, procedente do Estado de Santa Catarina, sua terra natal, Heriberto Brüning foi a terceira pessoa a se instalar, com sua família, no nascente Patrimônio Capelinha, entre Maringá e Paranavaí, o qual, transformado em Município em 1952, recebeu o nome de Nova Esperança. Além de comerciante e agricultor, notabilizou-se como homem dinâmico e progressista como Agente de Vendas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Exerceu o cargo de Delegado de Polícia e concorreu, em 1964, pela extinta UDN a Vice-Prefeitura da cidade. Vindo para Rio Branco do Sul em 1969, dedicou-se à indústria de moagem de calcário. Foi toda uma existência voltada ao trabalho e ao cumprimento das obrigações com a família e a sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao jornalista JOELMIR BETING da Rádio e Televisão Bandeirantes de São Paulo.

Tal manifestação de aplauso justifica-se pela postura nacionalista, evidente em todos os comentários envolvendo os problemas sociais e econômicos da Nação. Joelmir Beting tem se constituído na maior autoridade nacional na abordagem dos temas atuais que tanto afligem o povo brasileiro, preservando a sua total autonomia e independência na elaboração dos comentários.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a política energética seja o tema central de um dos próximos foruns de debates que a Comissão Executiva vem provendo nesta Casa.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, nos termos do Art. 20 da Constituição Estadual, a convocação da Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, para comparecer perante o Plenário deste Poder Legislativo a fim de prestar informações e esclarecimentos a respeito da nova sistemática de eleições para Diretores e Inspectores da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER, seja oficiado à Ex^{ma} Sr^a Professora Gilda Poli da Rocha Loures, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias para que sejam apuradas as seguintes denúncias formuladas contra a direção do Colégio "Meneleu de Almeida Torres", da cidade de Ponta Grossa:

1 — cobrança de uma taxa de Cr\$ 250,00 por aluno para entrega do boletim;

2 — suspensão de uma turma em época de prova e a posterior cobrança, sem emissão de recibo, de Cr\$ 50,00 por aluno para que pudessem requerer a realização de prova;

3 — cobrança de 30% sobre o valor arrecadado pela Comissão de Formatura;

4 — ameaça de reprovação aos alunos que não pagassem a taxa de requerimento para realização de prova; e,

5 — cobrança de Cr\$ 300,00 por aluno, no ato da matrícula referente a anuidade do Grêmio Estudantil que está totalmente desativado e nem diretoria possui.

Requeiro que o ofício seja acompanhado do incluso documento firmado por alunos daquele estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, apelo no sentido de que seja assegurado aos Suplentes de Delegado o exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto nº 3.055, de 17 de janeiro de 1973.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O pedido prende-se a notícias veiculadas pela imprensa da Capital, segundo as quais o Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, através de medidas administrativas, estaria desativando os suplentes de delegado e outros colaboradores da Polícia Civil do Estado sob a alegação de que tratam de funções puramente honoríficas, sem qualquer utilidade prática para a manutenção da ordem e tranquilidade social.

Quer nos parecer, no entanto, que a medida mencionada, antes de ser posta em prática, merece estudos mais apurados para evitar que se cometa injustiça ao dispensar colaboradores que foram bastante úteis no passado, quando havia carência de delegados, e que, mesmo hoje, no afastamento do titular, meritórios serviços poderiam prestar às forças policiais.

Nestas condições, cremos justo o presente apelo, para o qual contamos com o indispensável apoio dos Senhores Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de que seja constituída Comissão Especial de Parlamentares, representantes do Poder Judiciário e da Secretaria de Segurança, representando o Poder Executivo, para que sejam realizados, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, estudos no sentido da transferência dos presos de maior periculosidade da Penitenciária Central do Estado para a Ilha das Cobras, no litoral.

Comissão esta a ser composta por sete membros.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se baseia nos anseios da população paranaense, sobretudo a da Capital, por uma maior segurança, consubstanciada pelo afastamento de indivíduos de grande periculosidade das cercanias da Região Metropolitana de Curitiba, sabido que é o grande número de fugas que normalmente ocorrem nos estabelecimentos penais.

Nestas condições, o atendimento do apelo ora encaminhado, viabilizando o isolamento da colônia penal na Ilha das Cobras, onde, em tempos passados já esteve, contribuir-se-ia, com certeza, para a melhoria da segurança dos lares paranaenses.

Por outro lado, dar-se-ia uma melhor utilização àquele

próprio do Estado que, de antiga colônia penal, foi transformado, nos governos passados em área de lazer do Governador e de sua família, acarretando ao Estado despesas pela manutenção de uma mordomia injustificável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado à Superintendência da Rede Ferroviária Federal, solicitando-lhe o envio de 70 (setenta) vagões para a Estação Ferroviária de Maringá, com o objetivo de se proceder ao escoamento da safra agrícola daquela região, pois que, segundo afirmativa da Associação Comercial e Industrial de Maringá, encontra-se totalmente esgotado o potencial de armazenamento de grãos de milho e soja nos silos da COCAMAR e das grandes empresas instaladas na cidade canção.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A atual oferta de vagões para o carregamento de farelo de soja, soja em grão e milho está cobrindo apenas 50% das necessidades de transporte polarizado pela cidade de Maringá. E por isso que devem ser escolhidas as razões expostas pela Associação Comercial e Industrial de Maringá nas pessoas do Presidente RAYMUNDO DO PRADO VERMELHO e do Secretário JOÃO DE LIMA GANEM, segundo os quais "APESAR DAS ADVERSIDADES CLIMÁTICAS, a região polarizada por Maringá, abrangendo 90 municípios, está colhendo a maior safra de soja e milho até hoje obtida. Na forma de grãos e de farelo, tanto o soja quanto o milho não são exportados através do Porto de Paranaguá, carreando as necessárias divisas de que o país tanto necessita. Para Maringá, centro comercial por excelência, converge toda a produção que é adquirida pelas grandes empresas aqui instaladas e pela cooperativa, as quais armazenam os grãos em silos, destinando-se ao mercado externo. O problema surgido reside na INSUFICIÊNCIA DE VAGÕES para escoar essa volumosa produção, encontrando-se as empresas com os silos totalmente abarrotados, sem as menores condições de escoar a safra, obrigando-se algumas até a paralisarem suas atividades. A necessidade, durante a safra, é de 120 a 150 vagões graneleiros diários para o carregamento de farelo de soja, soja em grão e milho. A oferta de vagões é irrisória, chegando apenas a 60 ou 70 vagões por dia. Cabe frisar que o grande volume a transportar não pode ser solucionado pelo uso de transporte rodoviário, cuja capacidade situa-se muito aquém da demanda, enquanto os vagões oferecem ótimo rendimento. O problema é grave e requer medidas urgentes, pois, a cada dia, os prejuízos se acumulam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que sejam fornecidos maior número de medicamentos, para o posto de saúde, da cidade de Peabiru.

De iniciativa do Vereador Olávio Silveira da Silva, tal medida visa dar um melhor atendimento às camadas mais necessitadas daquela cidade, que com um baixo poder aquisitivo, vítimas do desemprego e do subemprego, que não tendo onde recorrer, desembocam, inevitavelmente, no posto de Saúde.

Cremos na sensibilidade do ínclito Secretário, para um pronto atendimento ao solicitado.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Ex.^{mo} Sr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, digníssimo Secretário da Administração, sugerindo-lhe as seguintes modificações no Instituto de Previdência do Estado - IPE:

- a) simplificação no pagamento do auxílio-funeral;
- b) adoção de novas normas no tocante à aceitação de cheques pela Farmácia daquele Instituto.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Temos informações de que os servidores públicos do Estado descontam a quantia mensal de Cr\$ 540,00 para cobertura dos benefícios de auxílio-funeral, no valor de Cr\$ 60.000,00 e seguro de vida no valor de Cr\$ 480.000,00, correspondente a desconto de 1% sobre a somatória de ambos os benefícios. Isso justifica a desburocratização do pagamento ao auxílio-funeral, o que poderá ser feito mediante a simples apresentação do atestado de óbito, como se tratasse da antecipação da parcela do seguro, independentemente de prestação de contas, salvo se as despesas do funeral forem feitas por terceiros ou parentes afastados do falecido.

Quanto ao recebimento de cheques pela Farmácia deve ser adotado um sistema que dê segurança ao IPE e ao mesmo tempo possibilite ao servidor (cujo número da Carteira de Identidade consta no documento de identificação do IPE), usar desta faculdade, principalmente nos fins de semana, ainda que se exija a identificação do emitente do cheque como segurado do Instituto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de cópias do pronunciamento sobre a contaminação de produtos agrícolas por elementos químicos, constante da presente sessão ao Ministério da Agricultura e ao Secretário da Agricultura do Estado.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que sejam distribuídas, através de órgão competente, sementes de horticulturas, para pequenos agricultores do Município de Peabiru.

De iniciativa do ilustre Vereador daquela comuna, Olávio Silveira da Silva, a medida visa incentivar pequenos agricultores, a cultivarem hortas em suas propriedades, a fim de que os mesmos possam comercializar as verduras ali produzidas, na feira livre do produtor, que está em fase de implantação na cidade de Peabiru.

Cremos que este incentivo por parte da Secretaria da Agricultura motivará os agricultores daquela região a se fixarem em suas propriedades, evitando, destarte, o êxodo rural, que causa o fantasma do desemprego, principalmente de uma mão-de-obra, sem qualificação técnica.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Ex.^a, que após ouvir o Plenário, que seja enviado ofício à Ex.^{ma} Sr.^a Secretária de Educação solicitando urgentes providências no sentido de dotar a Escola Estadual "Arnaldo Coneglian", Ensino de Primeiro Grau, em Bourbonia, Município de Barbosa Ferraz, de melhores condições de funcionamento.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A escola em tela foi recentemente autorizada para funcionamento de primeira a oitava séries e conta com mais de 500 alunos, sendo então necessário ali diversas melhorias, como a construção de uma ala de administração onde funcione, também, sala dos professores, biblioteca, e outras dependências necessárias ao bom desempenho da referida escola.

Outra necessidade, é a construção urgentíssima de ala de distribuição de merenda escolar, pois atualmente essa distribuição está sendo feita a céu aberto, mesmo quando chove.

Outra necessidade é a construção de um muro ao redor da escola para garantir não só a integridade física dos alunos, mas também para melhor conservação do próprio público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, uso de suas atribuições, regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Presidência da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, solicitando que aquele órgão esclareça esta Casa e o Povo do Paraná, das razões da não convocação pela Comissão Técnica da Seleção Brasileira, do goleiro Roberto, pertencente ao Quadro Esportivo do Clube Atlético Paranaense.

Tal esclarecimento é devido ao povo paranaense, tendo em vista que aquele jogador foi sobejamente enaltecido pela imprensa esportiva nacional e consagrado pelos comentaristas como o melhor goleiro da "Taça de Ouro", na maior competição futebolística do mundo, que é o campeonato brasileiro de futebol.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Deni Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de rodovia no seguinte trajeto: Marechal Cândido Rondon, Novo Três Passos, Nova Santa Rosa e Maripá.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

As localidades citadas vêm representando um desenvolvimento dos mais acentuados. Quer no setor econômico, social, cultural e administrativo. Este crescimento exige maior dinamismo por parte da Secretaria dos Transportes para que não haja solução de continuidade nesse crescimento, alcançado à custa de grande trabalho.

Esta obra é de vital importância para a região, uma vez que, constitui uma região eminentemente agrícola e esta rodovia virá beneficiar uma vasta região produtora, facilitando com isso o escoamento de toda produção daquela área.

Contamos pois com o apoio dos nobres Deputados na aprovação deste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de ser asfaltado o trecho que liga TERRA BOA a PR-323, passando pelo Distrito de Malu, numa distância de aproximadamente 23 km.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Terra Boa é grande produtor de grãos, destacando-se no contexto de nosso Estado, principalmente na região da CONCAM, colaborando decisivamente para o engrandecimento de nosso Estado, mas hoje a mesma se vê prejudicada dado a necessidade do asfaltamento ora solicitado, pois quando da safra os agricultores daquela região não conseguem escoar suas safras, prejudicando assim a economia do município, da região e também de todo o Paraná. Daí a presente solicitação para que se possa minorar o sofrimento dos agricultores daquele local e a região e também para que se consiga melhorar e contribuir com o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Claus Magno Germer, solicitando a determinação do mesmo para que o posto da CAFÉ (Companhia Agropecuária de Fomento Econômico) retorne às suas atividades no Município de Tibagi, uma vez que o mesmo se encontra fechado desde fins de março último.

Esta solicitação é feita pela grande importância que o referido posto tinha e tem para que o desenvolvimento neste setor no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, para que solicite da FUNDEPAR, a agilização no fornecimento da Merenda Escolar para o Município de Tibagi.

Tal solicitação se faz necessária, uma vez que este Município pouco recebe de Merenda Escolar, não podendo portanto dar à sua população estudantil a cota básica para uma alimentação necessária para um bom aprendizado.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja formulado apelo ao Diretor do Crédito Agrícola do Banco do Brasil em Brasília, Dr. Alécio Vaz Primo, no sentido de que sejam instalados Postos Avançados de Crédito Rural, nas localidades de Barro Preto e sede do Distrito de Caetano Mendes no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, para que solicite da PARANATUR, estudo das potencialidades turísticas dos lugares "Salto Santa Rosa" e "Fazenda Fortaleza", bem como apoio da mesma para sua divulgação, ganhando com isto o Município de Tibagi se as mesmas forem incluídas em roteiros turísticos.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a criação de uma ESCOLA TÉCNICA FEDERAL na cidade de Paranaguá, através do Ministério da Educação, para o que solicita à Mesa desta Casa o envio de expediente a Ex.^{ma} Sr.^a Ministra da Educação e Cultura, ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o desenvolvimento e aperfeiçoamento da ciência e da tecnologia alcançam, dia a dia, o mais alto grau de especialização;

Considerando que, para alcançarmos a especialização da técnica e da ciência, teremos que ir em busca de recursos necessários de escolas técnicas com Centros de Treinamentos, auto-laboratórios, áreas de pesquisas, oficinas com cursos de especialização em inúmeras áreas técnico-educacionais para total aproveitamento nos campos da ciência e da tecnologia;

Considerando que é mister aqui considerar a grande contribuição do SENAI, SENAC e SFSC, mesmo assim continuamos carentes no setor educativo e aplicativo, pois inúmeras indústrias estão a se instalar e outras frentes de trabalho vêm aumentar cada vez mais nossa população, pois tais indústrias contratam técnicos de fora para assumirem cargos de alto gabarito, justamente por não encontrarem em Paranaguá tais profissionais;

Considerando que a cidade tem mais de cem mil habitantes, e seus filhos não encontram campo de trabalho, tendo que sair para estudar e trabalhar em outros centros;

Considerando, enfim, que Paranaguá é uma cidade de porte, terminal portuário internacional e com capacidade para comportar uma ESCOLA TÉCNICA, vimos encaminhar este requerimento a esta colenda Casa a fim de que sejam tomadas as primeiras providências necessárias à sua aprovação, ouvido o Plenário, com envio de expedientes à Sr.^a Ministra da Educação e Cultura, para que, analise e faça com este pedido da população de Paranaguá seja coroado de êxito, considerando-se a grande importância de tal empreendimento no campo educacional profissionalizante que a faixa litorânea e as demais cidades paranaenses passarão a usufruir, em benefício do desenvolvimento técnico-educativo brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ofício à Ex.^{ma} Sr.^a Professora Gilda Polli da Rocha Loures, digna Secretária da Educação, solicitando que a mesma atenda as reivindicações feitas pela direção da Escola Estadual São Jorge, de Ponta Grossa, contidas no relatório anexo e que deverá acompanhar o ofício a ser expedido.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Ponta Grossa, 10 de maio de 1983.

Senhor Deputado.

A Escola Estadual São Jorge, situada à Rua Visconde de Porto Alegre, 1076, no Bairro Madureira, desta cidade, atende aproximadamente 600 crianças de 1.^a a 4.^a série, Pré-Escolar e alunos de Classe Especial.

O funcionamento da escola vem sendo prejudicado devido a falta de elementos, professores, serventes.

Temos duas professoras que foram colocadas à disposição de outros órgãos e estas nos fazem falta, tornando assim deficiente o nosso quadro. Deixando também de atender crianças que se encontram em idade escolar.

Nosso maior problema é o da área de serviços gerais, contamos com três serventes, das quais uma se encontra em idade avançada e com sérios problemas de saúde. Duas serventes se aposentaram no ano de 1982 e não foram substituídas, isto sobrecarregada as que estão em exercício e também a Escola que de vez enquanto é obrigada a pagar diaristas, para que o serviço dê condições para se usar as dependências.

Gostaríamos que fossem preenchidos os lugares de Aidê Gomes, aposentada por Resolução 12.182/82, D.O. n.º 1301, de 31/05/1982, e de Angélica Raitz, aposentada por Resolução n.º 13.204/82, D.O. n.º 1430, de 12/11/1982.

Sendo só para o momento, apresentamos a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e consideração.

(a) José Maria Volpi Furtado

Diretor

Ponta Grossa, 10 de maio de 1983.

Senhor Deputado.

No início do corrente ano letivo a escola estava necessitando de duas professoras. Pois estávamos com o nosso quadro de professores completo. Esse desfalque se dava porque tínhamos dois elementos à disposição de outros órgãos.

Essas duas professoras à disposição, retornaram à escola de origem e estão regendo classe, gostaríamos que elas permanecessem, pois sua saída deixará duas turmas sem regente de classe.

Marta Filipkowski de Lima - RG 632.706 - Regente de Classe

Florina Hass de Souza - RG 1.024.843 - Regente de Classe.

Sendo só o que se apresenta para o momento, apresentamos os protestos de elevada estima e consideração.

(a) José Maria Volpi Furtado

Diretor

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 64/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica vedada a exclusão, para fins de destinação de recursos financeiros do Estado, pelos órgãos da Administração Estadual, os municípios cujas contas vencidas em exercícios anteriores não tenham sido aprovadas pelo egrégio Tribunal de Contas, sob a alegação de "contas irregulares".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora propomos tem a finalidade de impedir que vários municípios paranaenses venham a sofrer o embargo de recursos financeiros pelos órgãos da Administração Estadual, face a não aprovação de suas contas de exercícios anteriores, quando estas não impliquem em crimes de responsabilidade civil e judicial de seus chefes executivos.

É deveras inconcebível que, muitas vezes, apenas por questões de irregularidades materiais nas contas apresentadas por ex-Prefeitos, fiquem impedidas as comunas paranaenses de perceberem auxílio e subvenções, tão necessárias para o

desenvolvimento e atendimento às necessidades municipais.

Neste sentido é que estamos apresentando o presente plano de lei, que por certo merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 065/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica criado, na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, sob a supervisão do CETEPAR, o setor de cursos à distância, com aproveitamento de material e pessoal já existentes.

§ 1.º — O setor criado por este artigo deverá abranger os seguintes serviços:

- I — Planejamento de cursos;
- II — Conselho editorial;
- III — Grupo de produção;
- IV — Grupo de atendimento;
- V — Grupo de administração.

§ 2.º — Os serviços mencionados no parágrafo anterior, encarregar-se-ão de definição de prioridades dos telecursos, edição, editoração, distribuição, acompanhamento e coordenação de atividades.

Art. 2.º — Dentro de noventa dias, a Secretaria de Estado da Educação fará regulamentar o funcionamento do setor criado por esta lei.

Art. 3.º — Serão conferidos certificados de aproveitamento a todos os integrantes das carreiras de magistério, valendo como título para os participantes, para efeito de avanços verticais e diagonais.

Art. 4.º — As despesas com a execução da presente lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 2.º — Esta lei vigorará à data da sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Para que se consiga, sem maior esforço, a melhoria da qualidade do ensino público no nosso Estado, é necessário proporcionar a todos os professores, dos mais diversos níveis, condições de atualização de conhecimentos e técnicas modernas relativas à educação. Modernamente, em todos os países desenvolvidos do mundo, a falta de tempo e as dificuldades de deslocamento, têm sido supridas, por cursos de reciclagens que proporcionem aos assistentes a possibilidade de atualizarem-se, sem deixar as suas casas, com a utilização dos meios de comunicação à distância, como o rádio e a televisão. É bem de dizer que o setor que pretendemos criar com este plano de lei, não onerará o Estado e nem os seus professores, pois propomos o aproveitamento da estrutura já existente, inovando, e tão somente, no aspecto da utilização de cursos à distância, desobrigando os mestres a comparecimento em locais predeterminados, podendo usufruir dos benefícios dos cursos, em suas casas, sem deixar o trabalho e nem sacrificar suas folgas de fins de semana, para uma perfeita atualização na matéria que leciona, ou outras de seu interesse. Com isso, conseguiríamos a melhoria dos padrões de ensino e maior realização do profissional do magistério, que hoje carece de meios ao seu alcance para o aprimoramento profissional.

PROJETO DE LEI Nº 66/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Todos os contratos referentes a serviços de construção, obras e serviços de engenharia firmados com o Estado

do Paraná ou os respectivos órgãos da Administração direta e indireta, conterão obrigatoriamente a fixação do prazo de pagamento das respectivas faturas.

Parágrafo único — O prazo de que trata este artigo não excederá de 30 (trinta) dias da aceitação do documento comprobatório da realização dos serviços e obras realizados.

Art. 2.º — Ficam estabelecidos juros de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária pelos índices mensais das ORTN, a serem aplicados nos casos de atrasos nos pagamentos a que se refere esta lei.

Art. 3.º — Será reponsabilizada funcionalmente a autoridade que tenha negligenciado o pagamento tempestivo das faturas referidas no artigo 1.º, no prazo contratual, quando comprovada a existência, então, de recursos disponíveis.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

É reconhecidamente aceito que as empresas construtoras vêm sofrendo, os efeitos dessa difícil situação econômica financeira porque passam a Nação e o Mundo. E não se perca de vista também que as empresas de construção civil são responsáveis por um número considerável de empregos, sendo obrigação do Governo prover pela sua estabilidade e continuidade

Se não se der proteção ao empresário no que se refere aos seus recebimentos, estaremos com certeza empurrando-os ao caminho de insolvência, e sobretudo, desestimulando-o à continuidade no seu ramo de negócio. Nos dias de hoje, quando a política econômica vigente, erroneamente, faz da especulação financeira a mais rentável das atividades, é hora de se estimular e proteger toda e qualquer atividade produtiva.

Por tais razões, grande é a nossa preocupação com respeito aos atrasos nos pagamentos de serviços prestados ao Estado ou a seus órgãos, o que afeta grandemente a economia dessas empresas. Por outro lado, não é justo que o próprio Estado venha a contrinuir, com os constantes atrasos na solução de seus débitos, para a insolvência e desativação dessas firmas.

Nestas condições, espero merecer dos nobres pares o necessário apoio para o presente projeto de lei que objetiva não apenas garantir às empresas o recebimento, em dia, de seus haveres, como também evitar que o Estado venha a arcar, desnecessariamente, com o ônus de possível atualização monetária do débito.

PROJETO DE LEI Nº 67/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Circunscrição do Serviço de Trânsito — Ciretran, na sede do Município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os Municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1983.

(a) Artagão de Mattos Leão

Apoioamento: Amélia Hruschka, Anibal Khury, Rubens Bueno, José Antônio Fonseca e Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei estamos proporcionando ao Poder Executivo o meio legal para atender às populações de São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli, na

agilização dos serviços públicos referentes ao trânsito e suas implicações.

Atualmente essa incumbência pertence à Ciretran de Ivaiporã, o que vem causando sérios transtornos face à distância que aquelas populações necessitam se deslocarem quando do trato de assuntos pertinentes aos serviços de trânsito.

Instalando-se em São João do Ivaí, uma Ciretran, estará o Poder Público ajudando a sua laboriosa população, bem como a dos municípios adjacentes na solução de um problema dos mais prementes na atualidade.

É o projeto que apresentamos e temos a certeza merecerá o apoio desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados.

Apresentamos requerimento de nossa autoria que visa a criação de uma Escola Técnica Federal em Paranaguá, o qual é endereçado à Ministra da Educação, Senhora Ester de Figueiredo Ferraz.

A justificativa deixamos de ler, porque queremos aproveitar o tempo que nos resta para fazer um pronunciamento de um assunto eminentemente pessoal.

Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados. (Lê):

“Ao povo de Paranaguá e do litoral, jamais foi necessário que provássemos nosso trabalho e dedicação.

Recebemos o seu julgamento nas urnas, por nove vezes consecutivas, através de uma votação crescente. Fomos, com muito orgulho, eleitos por quatro vezes consecutivas Vereador à Câmara Municipal de Paranaguá e de lá saímos consagrados pela opinião pública para cinco mandatos de Deputado Estadual como representante do operoso povo do litoral.

Isto, Senhores Deputados, é fato inédito na minha região, e confesso não ter conhecimento de que algo semelhante tenha ocorrido no Paraná.

Talvez invejosos da situação da liderança que alcançamos em nossa região, outros políticos que fazem seus giros eleitoreiros durante as campanhas no litoral, vêm, de quando em vez, a esta tribuna, para afirmar que nada fizemos por nossa região.

Há poucos dias, afirmaram eles, quando defendiam a desapropriação de um terreno destinado à ampliação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, que os outros políticos daquela cidade, numa alusão clara à nossa pessoa, jamais se interessaram por aquele problema ou por outros.

Ora, Srs. Deputados, fazer uma afirmação dessa natureza, com desconhecimento total da causa é, no mínimo, leviandade, para não se falar de má fé.

Ignoram, por certo, esses detratores gratuito às vezes sem conta em que estivemos em contato com os

Secretários de Estado e do Planejamento do Governo anterior, bem como com o próprio Governador, tentando solução para aquele problema, como porta-voz do corpo docente e discente daquela Faculdade.

Ignoram, também, que mesmo que interesse político não tivéssemos, teríamos interesse pessoal na venda do referido terreno, pois, pertence a uma sobrinha nossa, filha de irmão já falecido.

Dizem estes políticos mal intencionados que nada fizemos pela Faculdade de Paranaguá. Obviamente, estão mal informados, ou é pura maldade. Conseguimos, depois de muitas lutas, nos dois últimos anos, mais precisamente no ano de 1981, a implantação de dois novos cursos, antiga aspiração dos Professores e alunos daquele estabelecimento. Foram os Cursos de Administração e Ciências Contábeis.

No ano seguinte, graças ao trabalho nosso, somado ao da direção da Faculdade, ao dos Diretórios Acadêmicos e, enfim, de toda a população, conseguimos a construção de mais de 3 (três) salas de aula dentro da própria Faculdade. E aproveitamos, neste momento, para render homenagens a todo o povo de Paranaguá e do litoral, pelo empenho, dedicação e decisiva participação na luta para que essas metas fossem atingidas.

Sinceramente, parece-nos que para alguns, a política deixa de ser a arte e a ciência de governar e dirigir os destinos de um povo, para se restringir à sua concepção mais baixa que é de servir como meio de atingir objetivos eleitoreiros denegrindo a imagem daqueles que mantêm uma liderança efetiva e obtida pelo reconhecimento popular, manifestado livremente nas urnas.

Não nos atemorizam as ameaças de uma devassa na Administração do Porto de Paranaguá, com a manifesta intenção de comprometer-nos. Nem isso seria novidade num Estado atualmente atirado ao caos administrativo, e onde o “patrulhamento” já se tornou uma instituição oficial. Se for necessário o nosso voto para a constituição da CPI, o nosso voto eles terão.

É lastimável a maldade e a falta de humildade de certos homens públicos que, por hoje pertencerem ao Partido Situacionista, julgam-se donos da verdade, tornando-se arrogantes e autoritários. Aproveito o ensejo para oferecer-lhes um conselho: a nossa longa vida política, a série ininterrupta de vitórias que obtivemos nas urnas, basearam-se em um ponto principal, que é a humildade.

Para que o Sr. Presidente e Srs. Deputados possam julgar-nos, encaminharei a esta Casa, dentro dos próximos dias, cópias de nossas Declarações de Bens, para que se constate o nosso gradativo empobrecimento.”

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos que esta Assembléia Legislativa seja, além de suas outras importantes funções legislativa e política, uma instituição em defesa do consumidor paranaense.

Por isso, cabe manifestarmos-nos além dos meios regimentalmente previstos sobre as afrontas aos direitos legítimos da população, ter também o devido respeito de todos os que estão envolvidos na oferta de bens.

Assim, não poderíamos permanecer silentes diante da

reportagem publicada na edição de hoje, do Jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Intoxicação por Alimento em Nível Alarmante".

Através de séria pesquisa jornalística, tomamos conhecimento entre outros aspectos de que, de acordo com os laudos do Instituto de Tecnologia do Paraná, muitos são os produtos agrícolas contaminados com substâncias químicas altamente nocivos à saúde.

Entre estes encontram-se: alface, colhida no Município de Colombo, 0,49 porção por milímetro do ingrediente ativo Maneb, vendido comercialmente com o nome de Manzate D, e cuja tolerância não é especificada; alface, de Almirante Tamandaré, 3,84 porção por milímetro do ingrediente ativo Maneb, Manzate D; alface, também de Almirante Tamandaré, 1,05 porção por milímetro de Clorotalonil, Bravinol 500, de tolerância desconhecida; alface, de Colombo 0,57 porção por milímetro de Propinet, Andracol, cuja tolerância máxima permitida é de 0,1 milímetro por porção; cenoura, de Maringá, 32,30 porção por milímetro de Oxicloreto de Cobre, Coprantol, cuja tolerância máxima é de 15 porções por milímetro; tomate de Paranaguá, 101 ppm de oxidoreto de cobre (Coprantol); trigo, de Londrina; 1,13 ppm de Mancozeb (Dithane), cuja tolerância é de 0,20 ppm; e trigo de Maringá: 0,82 ppm, de Manet (Menzale d)¹, cuja tolerância máxima é de 0,2 ppm.

Obviamente, outros produtos poderiam ser apontados como condenáveis, se também fossem submetidos à exame.

Por outro lado, preocupante é o alerta de que os inseticidas utilizados como defensivos agrícolas podem causar a morte quando a pessoa que ingeriu alimentos contaminados necessitar de anestesia para uma intervenção cirúrgica.

Os Poderes Públicos como co-participantes do processo produtivo e em vista da função social que desempenham têm a responsabilidade de tomar as providências cabíveis para evitar tais abusos que comprometem a saúde do povo.

Por essas razões requeiro à Mesa o encaminhamento de cópias deste pronunciamento ao Ministro da Agricultura, e ao Secretário da Agricultura do Estado, dos quais ficaremos a aguardar posicionamento ante o gravíssimo problema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"FARMACÊUTICOS PROTESTAM CONTRA A APROVAÇÃO DA LEI Nº 6717/82

Em todo o Brasil as escolas de Farmácia encontram-se paralizadas. Nas ruas, estudantes e profissionais estão mobilizados, empreendendo uma campanha contra a aprovação do Projeto de Lei nº 6717/82. Ora em tramitação na Câmara Federal, oriundo do Senado da República, o projeto autoriza aos Biomédicos exercerem atividades como Análises Clínicas, Controle de Qualidade de Medicamentos, Toxicologia, Bromatologia, entre outras.

Entendem os estudantes e profissionais de Farmácia, que isso constitui uma séria ameaça para a saúde pública. Segundo eles, não só a classe dos farmacêuticos é prejudicada por esse projeto, mas também a população, pois, exames clínicos de muita importância serão executados por pessoas que não possuem habilitação suficiente para tal atividade.

Sabe-se que o curso de graduação de Farmácia desenvolve-se num período de quatro a cinco anos, enquanto que para o de

Biomedicina são necessários apenas de dois anos e meio a três anos, sendo que no currículo desta, não constam disciplinas fundamentais como Química Analítica Quantitativa, Química Orgânica Qualitativa, Química Orgânica, Análise Orgânica, Controle de Qualidade, Química Farmacêutica, Toxicologia, Bromatologia e outras.

Há, em todo o Brasil, trinta e três escolas de Farmácia, que lançam anualmente, no mercado cerca de 3.300 profissionais. Estes vêm-se agora diante da ameaça de um aviltamento em um campo que por direito, lhes pertence há 31 anos.

Já o curso de Biomedicina foi criado na década de 70, com a aprovação do Ministério da Educação e Cultura, por instituições particulares, com o objetivo de preparar docentes para ministrar as disciplinas básicas de faculdades da área das Ciências Biológicas.

O desvirtuamento nos objetivos originais deveu-se, provavelmente, à falta de mercado de trabalho no magistério, razão pela qual os profissionais de Biomedicina começaram a exercer funções em outros ramos da área médica, como a radiologia, análises clínicas, laboratoriais, etc, sem para tanto terem recebido o devido preparo, já que os conteúdos programáticos ministrados neste curso são por demais abrangentes, não proporcionando a necessária profundidade.

"Além disso", asseguram os farmacêuticos, "tal curso, com objetivos claros de formarem tecnólogos não possuem o comprometimento necessário com as questões sociais que envolvem o problema de saúde, conhecimento este indispensável para tornar o profissional um veículo de transformação e não apenas um simples executor de técnicas, a maioria importadas".

Argumentam ainda, os estudantes e profissionais de Farmácia, que a Lei nº 6686, de 11 de setembro de 1979, contemplou aqueles profissionais já diplomados pelas Faculdades de Biomedicina que se encontravam num impasse por terem concluído um curso não oficializado, permitindo a estes ingressar em um mercado de trabalho exercendo atribuições para as quais não haviam sido preparados, sendo que esse mercado já se encontrava totalmente preenchido por profissionais regulamentados e com atribuições fixadas legalmente. Entretanto, a referida lei fixava para julho de 83 o prazo máximo de funcionamento dos cursos de Biomedicina, após o qual todos deveriam ser desativados.

Esses são os motivos pelos quais toda a classe de Farmácia e Bioquímica pede o impedimento da legalização do Projeto de Lei nº 6717/82. Este deverá ser apreciado nos próximos dias por 19 Deputados da Comissão de Saúde, dependendo dos mesmos a liberação para que seja votado na Câmara Federal. Nessa Comissão, o Paraná é o Estado que apresenta o número mais expressivo de membros (5 ao todo), um dos quais é o seu Presidente.

A Comissão de Saúde da Câmara Federal está assim constituída: Luiz Carlos Borges da Silveira (PR) — Presidente Oscar Alves - PR, Alcení Guerra - PR, Euclides Scalco - PR, Anselmo Peraro - PR, Lúcio Alcântara - CE, Albino Coimbra - MS, Figueiredo Filho - RJ, Leônidas Tachid - RO, Mauro Sampaio - CE, Manoel Viana - CE, Carlos Mosconi - MG, Max Mauro - ES, Leônidas Sampaio - RJ, Doretto Campanari - SP, Júlio Caruso - RJ, Tapety Júnior - PI, Luagero Raulino - PI e Mattos Leão - PR."

Fica aqui o apelo para as Bancadas do PMDB e do PDS quando lhes é oferecida a oportunidade de intervir numa medida de alto alcance social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Cesar Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo uma das maiores crises econômicas e sociais por que este País já passou. Uma crise gerada nas entranhas de um regime implantado, entreguista e anti-nacional. O modelo econômico imposto visa única e exclusivamente não resolver os nossos problemas, mas sim, os problemas da crise capitalista. Temos a consciência de que existe esta crise e nos países como o Brasil, onde existe uma cúpula entreguista determinando os rumos econômicos, trava-se um profundo golpe contra o seu povo, através de medidas tomadas de fora, onde está o FMI para confirmar.

Temos a consciência de que, embora no Governo Estadual, estamos limitados na execução de reformas estruturais, temos que assumir esta posição, e no entanto, exigir a curto prazo do Governo Federal, ações para resolver efeitos sentidos, cuja causa foi e é esse Governo Central do PDS que causou e está a causar. Qualquer coisa fora disso é sofisma. A subserviência chega a tal ponto que o Governo do PDS está a atingir a agricultura com mudanças na política agrícola não a pedido do povo brasileiro, mas sim, a pedido do FMI.

O Paraná é o esteio desta Nação no que diz respeito à produção agropecuária, mas é, no entanto, o Estado esquecido e explorado. Até aqui foi explorado porque governantes passados, submissos ao regime, se deixaram explorar. Num governo do PMDB será diferente e terá que ser diferente, porque não iremos pedir do partido, não iremos pedir desculpas por termos ganho as eleições e não iremos recuar das propostas do partido, por mais que o estático PDS esperneie.

Para exemplificar o que se passa na cafeicultura, no que diz respeito ao comércio desse produto, é a continuidade de um sistema espoliativo aos interesses dos cafeicultores e aos interesses do Estado, embutida dentro da coerência do regime do Governo do PDS.

Uma saca de café vendida no mercado internacional por 170 dólares. O Governo do PDS, se apossa de nada menos nada mais do que 97 dólares de cada uma dessas sacas vendidas. A saca é vendida a 85 mil cruzeiros e o produtor do Paraná recebe 25 mil e 500 cruzeiros. Quem desconhece a importância do café? Ninguém. Produzido na sua maioria por meeiros, arrendatários, colonos e bóias-frias, formam juntos uma imensa classe de injustiçados. Mas, o Governo Central do PDS, se acostumou com esse confisco.

O Brasil já deliberou o comércio mundial do café com sessenta por cento do mercado externo. Hoje, após sofrer a gerência "eficiente" dos donos do Poder e do PDS, participa com, no máximo dezenove por cento do consumo mundial. O Governo do PDS retira do Paraná através do famigerado confisco cambial, a importância de 38 milhões e 800 mil dólares por ano, chegando à quantia de 19 bilhões e 400 milhões de cruzeiros retirados do Paraná e apossados do Governo Central.

É dinheiro nosso, é dinheiro produzido pelo suor do nosso colono, do nosso bóia-fria que entra na famosa "conta-café" que sabe Deus que destino toma.

A crise que está passando, não fomos nós que criamos: foi e é sustentada pelo Governo Central do PDS e que por si só não mudará um milímetro de sua posição, nem que se façam argumentos nacionalistas e verdadeiros. Compete ao Governo do PMDB como foi tantas vezes dito nos palanques de campanha, coerentes com o programa partidário, necessitamos permanecer ao lado do povo que deu o aval para mudar em 15 de

novembro. E juntos, doa ou não à minoria que não deseja mudar, praticarmos a mudança que nos compete e avançarmos nas urgentes reformas que se fazem necessárias neste País, através da organização popular numa luta política de abertura e responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a oportunidade na semana passada, de estarmos na Cidade de Medianeira, onde se reuniu mais uma assembléia do chamado "Mastro" - que é o Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste do Paraná.

E aproveitamos a oportunidade esta tarde, para dar ciência a esta Assembléia da carta tirada dos agricultores reunidos na Cidade de Medianeira, que diz o seguinte: (Lê).

"EM MARCHA PARA A TERRA PROMETIDA"

Na terceira Assembléia Geral do Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste do Paraná, reunidos em Medianeira, nós, mais de 3.000 agricultores sem terra ou com pouca terra, líderes sindicais e representantes das Igrejas Cristãs, discutimos as nossas reivindicações e as respostas e promessas que as autoridades presentes fizeram.

No último encontro da Comissão do Mastro com o Incra foi oferecido terra no Paraná, com promessa de reassentamento nos primeiros meses deste ano.

As respostas dadas pelo Incra no dia de hoje são:

— as terras que estavam para serem desapropriadas no Paraná, segundo a opinião técnica do Incra não são boas para a lavoura porque são fracas e acidentadas, portanto, por enquanto não tem mais terras para desapropriação imediata no Paraná;

— o Incra oferece para os agricultores sem terra do Paraná, projetos de colonização no Pará, sul da Amazônia, Território de Roraima e Estado do Acre, dizendo que o Brasil precisa levar os agricultores do Sul para o Norte, não só porque estão sem terra, mas porque são melhores trabalhadores rurais que aqueles do Norte, que são só extrativistas.

O ITC (Instituto de Terras e Cartografia) disse existir diversas propostas, mas todas de difícil execução por enquanto:

— no caso das terras devolutas, a maioria já está ocupada; não cabendo ao Governo Estadual, nas outras áreas, a desapropriação por interesse social;

— por isso, a prioridade seria a aquisição de terras por parte do Governo do Estado para revenda aos sem terra, mas para a execução desse projeto o Governo Estadual não tem condições financeiras no momento;

— assim, para a solução do problema dos sem terra é preciso uma atuação conjunta, pressionando as autoridades federais a fim de executarem o que é da sua competência.

Diante dessas proposta, o MASTRO reafirma mais uma vez seu objetivo principal - queremos terra no Paraná. Os agricultores presentes, em sua maioria, recusaram a proposta do Incra, e questionaram por que o Mastro não foi convidado para verificar as terras consideradas desfavoráveis para a lavoura pelo Incra.

O Mastro acredita que o homem da terra no

Norte é tão bom trabalhador como o do Sul, e que não adianta levar o sulista para o Norte, e trazer nordestinos para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, para ser mão-de-obra barata nas cidades. Achamos que o lugar do paranaense é no Paraná.

O Mastro surgiu para levar o grito daqueles que não têm terra, os agricultores presentes mais uma vez confirmaram as reivindicações do movimento:

- TERRA NO PARANÁ
- TERRA SÓ PARA QUEM NELA TRABALHA E DELA PRECISA PARA VIVER
- CRIAÇÃO DO MÓDULO MÁXIMO;
- CRÉDITO FUNDIÁRIO.

Na assembléia, por votação, diante das respostas do ITC e do Incra, foram aprovadas as seguintes propostas:

— que o ITC delimite terras que possam ser adquiridas pelos agricultores sem terras, através de crédito fundiário do Estado;

— que o Incra e o ITC, de imediato, verifiquem as áreas de tensão social e fazendas improdutivas no Paraná, e encaminhem a sua desapropriação para fins de reforma agrária;

— que seja admitida uma Comissão do Mastro, para acompanhar o processo de levantamento de áreas por parte do ITC e do Incra (inclusive aquela já considerada desfavorável pelo Incra);

— que o Mastro organize junto com os interessados uma Comissão de verificação dos projetos do Incra, no Norte do País.

Para sermos atendidos pelas autoridades, decidimos:

— encaminhar Comissão de Representantes do Mastro para ir ao Governador do Estado, Sr. José Richa, e se for preciso ir até às autoridades federais, em Brasília;

— exigir uma resposta do Governador do Estado às nossas reivindicações, no dia 25 de julho - Dia do Lavrador, aqui em Medianeira.

Concluindo, mantemos nossa posição do que o Estatuto da Terra seja aplicado quando fala de desapropriação por interesse social, e não feito conta-gotas como até agora.

Não queremos meias-medidas, enquanto a nossa situação vai se agravando e crescendo a pobreza, e de outro lado, tanta terra abandonada, terra boa não plantada, tanta terra em poucas mãos.

Apoiamos a campanha nacional pela Reforma Agrária.

“Queremos terra para viver e não para morrer. Para morrer todos temos terra no cemitério.”

“Justiça e terra para todos.”

Medianeira (PR), 25 de maio de 1983”

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rubens Bueno.

Antes, porém, a Mesa registra, com satisfação, a presença em plenário, do Senador Álvaro Dias.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados.

O povo paranaense assiste hoje a um espetáculo desolador. No cenário desse espetáculo, figurantes angustiados, tristes, sem esperança, desiludidos. Os figurantes desse espetáculo são os municípios paranaenses.

Como se não bastassem leis tributárias, desumanas e centralizadoras que praticamente eliminaram a essência municipalista, como se ainda não bastassem as dificuldades em fazer cumprir um orçamento pré-estabelecido, alguns dirigentes municipais que governaram determinados municípios de 1977 a 1983, aproveitaram-se dessa situação caótica para “decretarem a falência de alguns municípios”,

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero fazer aqui, nesta tribuna, uma denúncia que assusta a todo cidadão que possui um pouco de caráter e decência.

O ex-Prefeito de Nova Cantu, RUBENS VIEIRA LOPES, durante sua administração frente àquela comunidade, deu mostras de verdadeiro mau caráter, verdadeiro artífice da falsificação e estreante de crime de peculato.

Desviou, só de outubro de 1982 a janeiro de 1983, a “modesta” importância de Cr\$ 5.483.284,00 do erário municipal.

E o que mais nos espanta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a forma que o ex-Prefeito utilizou-se para efetuar seu intento. Fez imprimir “notas frias”, utilizando-se de nomes, endereços, inscrições nas fazendas Federais e Estaduais inexistentes, além de cargas incompatíveis para o transporte terrestre, ou seja, por caminhões, uma vez que Nova Cantu não é servida por estrada férrea, não possui Aeroporto para aviões de grande porte e muito menos é porto marítimo.

Utilizando-se de firmas “fantasmas” sediadas em Cascavel, Paranavaí e Maringá, o ex-Prefeito deixou registrado na história de Nova Cantu, uma verdadeira mostra de indignidade e incompetência.

E, nesse emaranhado de incompetência e má administração, o ex-Prefeito deixou o Município de Nova Cantu à beira da falência, sem a mínima condição de ser administrado sem uma injeção de recursos, quer seja da área Estadual, quer da Federal.

São homens como esse, Sr. Presidente, Srs. Deputados que enxovalham e maculam a classe política. O homem público, quando tem suas funções delegadas pelo povo, deve honrar os compromissos prestados perante a população que o elegeu.

No entanto, alguns se aproveitam da situação para enriquecimento ilícito e malversação do erário público.

Vemos hoje muitos inocentes atrás das grades e muitos ladrões soltos, como o ex-Prefeito de Nova Cantu, que se encontra solto gozando as benesses da corrupção.

Em nome da decência política de nosso Estado, em nome dos homens que vêem na política, a arte de administrar a coisa pública, pedimos urgentes providências das autoridades competentes, no sentido de que o ex-Prefeito de Nova Cantu, Rubens Vieira Lopes, seja processado criminalmente bem como civilmente, para que o município seja ressarcido dos prejuízos sofridos, prejuízos esses causados por um homem a quem falta, acima de tudo, caráter e personalidade séria.

Esse é apenas um caso, numa sindicância feita pelo ilustre Prefeito, Sr. Walmick Pereira, verificada só no exercício de 1982, mas cremos plenamente não ser um fato isolado. É necessário que os Srs. Prefeitos, recém-empossados, exerçam uma rígida fiscalização nas contas do município, para que a decência e a moralidade voltem a ser a palavra de ordem em nosso Estado.

Finalmente, levo ao conhecimento desta Casa que estou encaminhando, nesta data, ao Presidente da CPI da Falência dos Municípios, Deputado Tadeu França, a documentação, motivo deste pronunciamento.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

No horário do Grande Expediente temos alguns assuntos para focalizar. O primeiro, que destacaríamos, é uma pequena nota inserida ontem na coluna "Painel" da "Folha de São Paulo", o Governador de Santa Catarina, Espiridião Amin, está aparentemente conseguindo identificar os "funcionários fantasmas" do Estado de Santa Catarina. Além de exigir cartão de ponto em todas as repartições, para todos os escalões, agora mandou cortar os vencimentos dos que não aparecem no trabalho. 315 só neste mês. Essa notícia, curta no seu texto, aclara muita coisa e mostra que o combate aos fantasmas, não é uma exclusividade só do PMDB.

Aliás, a notícia serve também, e principalmente ao Governador José Richa, que até o momento, conseguiu identificar apenas algumas centenas de fantasmas, quando se sabe, que no Governo do Estado do Paraná, existem aproximadamente de 10 a 12 mil, que não cumprem com as obrigações.

Essa demora na exoneração, cria um clima de insatisfação, entre os funcionários que efetivamente trabalham. Tanto no Governo do Estado, no Executivo, como também nesta Casa.

O povo do Paraná continua cobrando do Governo PMDB a moralização no aspecto dos funcionários que não cumprem suas obrigações, ou que foram contratados o ano passado, com fins puramente eleitorais; que o exemplo, então, que vem de Santa Catarina, sirva também, para o Governo do Estado do Paraná.

O SR. PAULO FURIATTI -- Vossa Excelência permite um aparte?(Assentimento)

Nobre Deputado Fiori Luiz, isto demonstra que a moralidade não é um privilégio de um Governo do PMDB; a moralidade deve ser o ponto de partida e o ponto principal de qualquer Governo honesto e maduro. E aqui no Paraná, eu não tenho dúvidas, que esses procedimentos ocorrerão.

Agora, eu endosso as suas palavras, quanto à demora, na limpeza de funcionários fantasmas que ainda permanecem por aí; e que na verdade está na hora de darmos um basta a isso. Ou tem ou não tem. Porque, efetivamente causa, àqueles funcionários que trabalham, uma inconstância nos seus trabalhos. Mas que, já tarda a hora, é preciso e que se faça, definitivamente, as mudanças funcionais que se tem de fazer, a favor da moralidade, imediatamente.

O SR. FIORI LUIZ — Outro assunto, Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Em nome do perigo vermelho, este País viveu os dias mais negros de sua história; asfixiou-se a Nação, amordaçou-se a Imprensa, prendeu-se, maltratou-se, exilou-se, porque os "comunistas estavam ameaçando a segurança nacional".

Depois, tudo ficou desmascarado e até os mais puros revolucionários, já admitem o grande erro cometido. Erro que através do autoritarismo, nos tornou mais dependentes, mais vulneráveis, mais desprestigiados no cenário da economia e da política internacionais. A bandeira do anticomunismo foi arquivada, pois, não tinha consistência e substância. Era uma simples desculpa, como a dos nazistas massacrando judeus, em nome da unidade nacional. Ninguém mais, nem os comunistas profissionais se iludem com o modelo soviético. Nenhum do PDS de outros Estados se tem mostrado mais reacionário do que o do Paraná. O próprio Presidente da República, não lança mais mão do argumento "perigo comunista" para justificar as dificuldades sociais e econômicas do País, Mas, aqui na Terra das Araucárias, começa a germinar um execrável movimento para confundir a já perplexa

opinião pública. Nem José Richa, nem nenhum de seus Secretários podem ser acusados sequer de esquerdistas. O processo administrativo, as relações de trabalho, a doutrina que move e tem movido todos os atos, a estrutura do poder se mantém inalterados, democracia aqui, como no resto do Brasil, continua sendo sinônimo perfeito de sistema capitalista.

Tem que cessar agora o macarthismo paranaense, essa caça às bruxas que o PDS lança através de seu Jornal Oficial, é altamente nocivo à tranquilidade do Estado e sabem porque tudo isso? Porque se falou em terras, porque se está estudando e tudo não passará de estudos, o jeito de assegurar ao homem do campo um pedaço de chão a que ele tem todo direito, para viver e para plantar.

Essa matéria vem assinada pelo jornalista. Reinaldo Jardim, da Coluna Opinião da "Folha de São Paulo", de sexta-feira, 27 de março de 1983.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Permita-me um aparte, nobre orador (Assentimento).

A respeito do assunto que o nobre Deputado aborda, eu gostaria de manifestar, no seguinte sentido, esse velho jargão usado, principalmente, nos tempos passados, usado logicamente para implantação da Revolução de 1964 e que hoje nós ouvimos algumas vozes nesse mesmo sentido que Vossa Excelência se refere.

Eu tive oportunidade de no Pequeno Expediente ler uma carta de mais de três mil agricultores, reunidos em Medianeira e agricultores sem terra que lá existe o "MASTRO", que é movimento desses agricultores.

Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, nessa oportunidade, que quarta-feira, em Medianeira, não estava nenhum Secretário de Estado do Governo José Richa e secretário esquerdista, eram apenas Lideranças e eu por acaso fui nessa assembléia, porque eu estava lá e a reivindicação desses agricultores sem terra, inclusive, pedindo o "Módulo Máximo", que é uma das maneiras de limitar o latifúndio de quem pede e quem está exigindo. Li esse documento, essa carta, são esses agricultores, as lideranças tiradas dos próprios agricultores e lá estavam mais de 3.000 reunidos na Igreja Católica - Igreja Matriz de Medianeira que lutam e querem participar dessa luta nacional, que é a grande esperança do homem do campo - que é a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária que será a libertação do trabalhador do campo e nós podemos hoje, no limiar do século vinte, concordar que ainda hoje, aqueles que são os inimigos da Reforma Agrária nesse País, usem esse velho jargão, que as pessoas que lideram a campanha pela Reforma Agrária, as pessoas que exigem a Reforma Agrária, são comunistas.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — O jornalista Reinaldo Jardim, conclui no seu comentário da última sexta-feira com o título a "Maldita Cantilena", dizendo o seguinte:

É apenas uma doutrina. O século dezenove com seus cultores nostálgicos e seus adversários históricos.

O outro comentário do jornalista Reinaldo Jardim, já na "Folha de São Paulo" na coluna "Opinião" página dois, de ontem, domingo, 28.05.83, diz o seguinte:

É preciso que fique bem claro, quando no Paraná se fala em oposição, se fala em PDS, a situação agora é o PMDB e é bom que se entenda, a crítica que aqui desenvolvemos ao Governo Estadual não tem relação

alguma com a demagogia barata do Líder da Bancada do PDS na Assembléia Legislativa, ainda desconsolado com a derrota que sofreu seu partido nas últimas eleições, o tal Líder Luiz Alberto Oliveira, sabe que o seu palavreado, pedindo o impeachment de Richa vai cair no vazio, prestando-se apenas para mostrar que está atento aos problemas do Estado quando na verdade quer uma vindita pessoal, simples síndrome de partido derrotado e impopular.

Não são questiúnculas jurídicas baseadas numa Constituição que precisa de uma reforma simplificadora capaz de colocar fora de campo um Governador legitimamente eleito pelo povo. Perde o tal Líder o espaço e gasta o tempo da Assembléia no precioso momento em que o povo paranaense precisa ver Deputados e Vereadores batalhando em paz pela causa pública, e não mantendo o clima inflamado das campanhas eleitorais.

Salta também, o Deputado Erondy Silvério infundadamente atemorizado quanto ao perigo que corremos de um Paraná ser transformado numa República Socialista, colocando em perigo a democracia capitalista do mundo ocidental. Erondy se diz contra um sistema onde, o Estado tudo pode impor aos cidadãos. Daí, não se entende mais nada, pois, esse é o quadro que com dezenas de subterfúgios se aplica ao povo brasileiro.

E não é por aqui mesmo que o Estado tudo pode impor aos cidadãos? O primarismo é tanto que para passar a mão na cabeça das esquerdas, Erondy Silvério afirma que no comunismo há idealismo, há proposições coincidentes com as dele, apesar diferem os meios de alcançá-los.

Que o partido de Luiz Alberto e Erondy Silvério deixou o Paraná endividado, não resta dúvida. São quinze bilhões de débitos já vencidos com a Previdência Social. É um orçamento que prevê uma despesa com o funcionalismo de 159 milhões, que de fato chegam a 189. Que nada se fez para conter a erosão de áreas gigantescas é outra verdade e ninguém pode negar o estado de total abandono dos bóias-frias encontrado pelo Governo Richa.

Falta passado e estatura ao PDS para estar agora fazendo tanta bravata, como falta agilidade e imaginação a José Richa para início efetivo ao seu Governo. Comentário de Reinaldo Jardim, na coluna "Opinião", da "Folha de São Paulo" de ontem, domingo, página 2, 29 de maio de 1983.

É a opinião da grande imprensa com esse vínculo com a opinião da nossa Liderança.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado a Vossa Excelência. E eu só quero dizer a Vossa Excelência que quando era Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, em todas as sessões, um Sr. Vereador ocupava a tribuna para ler recortes de jornais.

Então, Vossa Excelência não está inovando em nada em imitando aquele Vereador. Agora não somos nós que dizemos que no partido de Vossa Excelência existe comunistas. É o ilustre Deputado Ervin Bonkoski, membro do Partido de Vossa Excelência quem afirma a todo o Paraná que o PMDB está eivado, crivado de comunistas. Eu nunca fiz essa afirmativa de que no partido de Vossa Excelência tem comunistas. Eu apenas abordei um aspecto da reunião de Cascavel, apenas transmitindo a esta Casa as apreensões dos ruralistas do Oeste do Paraná em carta que me enviaram.

Quer dizer, eu cumpro com o meu dever de Deputado, sem entrar no mérito da questão. E se Vossa Excelência analisar os nossos pronunciamentos, Vossa Excelência vai ver e convir que eu não entrei no mérito da questão. Eu apenas fui portador de um sentimento da revolta e de apreensões que grassa no meio de Associações de Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná.

Agora, Vossa Excelência também que é dado à leitura de jornais deve ter lido o discurso do nobre Deputado Ervin Bonkoski, fazendo acusações pesadíssimas ao partido de Vossa Excelência que ele também pertence, com relação aos comunistas e comunistóides.

Eu agradeço a atenção de Vossa Excelência pelo aparte que me deu.

O SR. FIORI LUIZ — Vossa Excelência parece que está com amnésia quando diz, nobre Deputado Erondy Silvério que nunca levantou da tribuna tais acusações. Esta Casa toda é prova que na legislatura passada Vossa Excelência, useiro e viseiro, chamava de vermelhinhos os a soldos de Moscou, não só a este Deputado como o ex-Deputado Nelson Friedrich, e hoje o ilustre Prefeito de Arapongas, Waldyr Pugliesi.

Nós lemos estes artigos, apenas para provar que não são só os vermelhinhos do PMDB do Paraná que analisam os fatos como eles são.

Porque, na verdade ninguém possui o monopólio da verdade.

O SR. PAULO FURIATTI — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

É na verdade, nobre Deputado Fiori Luiz, um direito inegável do Deputado Erondy Silvério ser porta-voz de determinados segmentos que são contra um avanço no processo social.

Gostaria apenas de dizer ao nobre Deputado Erondy Silvério, que se ele confunde reforma agrária com comunismo, eu gostaria de esclarece-lo, que o processo de reforma agrária é um processo eminentemente capitalista, visto que ele proporciona a propriedade privada na mão de cidadãos. E pelo que eu conheço da teoria marxista, a propriedade num governo comunista não é privada, ela é estatal.

E a reforma agrária visa combater os latifundiários os especuladores de terras, proporcionando, inclusive, o acesso à terra de milhares de outros. Ou seja, a transformação de milhares outros proprietários que, através do seu trabalho naquela terra iriam proporcionar à nível de base, o reforço do sistema capitalista. Porque, concorde nobre Deputado Erondy Silvério, à medida que nós tenhamos outros milhares de paranaenses que possam estar produzindo na terra e recebendo os recursos da terra, eles estarão consumindo mais, comprando sapatos do vizinho, comprando aparelhos de televisão, alguns até chegando a comprar carros, e isto na realidade é o quê? É apenas o reforço do sistema capitalista.

Eu gostaria de dizer que a primeira medida tomada pelo País capitalista como os Estados Unidos depois da guerra no Japão, foi a implantação da reforma agrária naquele País, de forma a fazer com que o cidadão tivesse direito àquela propriedade.

Então, parece-me que esta discussão, esta confusão, não vem atender aos interesses eminentemente nacionalistas deste Estado.

Agora, que a reforma agrária vai contra o conservadorismo e é um avanço político, isso eu não tenho

a menor dúvida.

Então, nobre Deputado, parece-me que nós temos que levantar o nível dessa discussão e a reforma agrária, na verdade, nós não temos que pedir desculpas. A reforma agrária é o instrumento do PMDB e ele deve a todo e quando puder, implantar a reforma agrária, quer em terras particulares, quer em terras públicas.

Agora, dentro da legislação brasileira, do estatuto da terra foi feito depois da revolução de 64, que define nos seus artigos que uma propriedade apenas está sujeita a uma desapropriação quando tem o seu retorno social.

Parece-me que nós temos que levantar esta discussão a nível de resolução dos grandes problemas desta Nação.

O SR. FIORI LUIZ — Toda reforma agrária que era uma palavra maldita, nobre Deputado, que derrubou do poder João Goulart num esquema articulado pela CIA, hoje está inserido num programa do partido do Presidente Figueiredo, e nas publicidades dos jornais e televisão todos os dias. O Governo fazendo a maior reforma agrária do mundo. Uma palavra que em 64 era maldita, hoje está na mesa do Sr. Presidente da República.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência traz a este plenário 3 assuntos que foram debates na última semana aqui nesta Casa.

Em primeiro lugar fala dos cargos, ou fala daquelas demissões que vêm acontecendo no Paraná. É bom lembrar que o Paraná é, hoje, o Estado que teve menos casos de demissões do poder público estadual.

No Estado de Santa Catarina, foram milhares. No Estado do Maranhão, do Presidente Nacional do PDS, Sr. José Sarney, foram mais de 2.000 funcionários públicos demitidos. Em Goiás, mas de 20.000 demitidos e assim por diante. Até no Rio Grande do Sul, o famoso enterrador, o homem que conduziu o enterro da Previdência Social, o Sr. Jair Soares, também está demitindo.

E aqui no Paraná são centenas e centenas de cargos em comissão, ou seja, cargos de confiança; um dos funcionários que foram colocados ali pelos homens do PDS, simplesmente, não pediram demissão, uns verdadeiros "caras de pau".

Não pediram demissão e por isso eles estão sendo demitidos de cargos de confiança. Afinal eles perderam as eleições e se as perderam não há porque ficar em cargo de confiança para mandar.

Em segundo lugar, Vossa Excelência trás o problema que foi muito comentado na semana finda, o problema da reforma agrária, que tão bem foi colocado pelo Deputado Paulo Furiatti, e que de nossa parte só temos a analisar as suas palavras, principalmente lembrando e voltando a reafirmar que o Estatuto da Terra é um documento atual, apesar de seus anos, já colocado em desuso, é muito atual e vem de encontro aos interesses não só do Brasil, e principalmente do Paraná, onde milhares e milhares de paranaenses daqui vão embora porque não têm com o que lidar no campo que é seu local de trabalho.

Em terceiro lugar o impedimento do Governador, levantado pelo Líder do PDS.

Realmente as colocações do jornalista Reinaldo Jardim, nada mais diz como foi dito ainda na quarta-

-feira, que o PDS hoje é uma Oposição calhorda e caolha, segundo as palavras do jornalista Reinaldo Jardim, da "Folha de São Paulo".

O SR. FIORI LUIZ — O que me parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que alguns, e eu não vou generalizar, Deputados do PDS desta Casa, precisariam ser exorcizados para afastar os maus espíritos do anti-comunismo, para arrancar a casca do arbítrio, da prepotência e serem exorcizados principalmente para expulsar os ares ditatoriais que ainda reinam nesta Casa. Era isso, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — No horário destinado às Lideranças, consulto à Liderança do PMDB se fará uso de seu horário.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Ocupará a tribuna o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Se houvesse o costume de se dar nome aos discursos que se proferem nesta Assembléia, eu chamaria as minhas palavras de hoje de "prece para a elevação dos pobres de espírito".

Deputado Ervin Bonkoski, eu o perdoo, porque de Vossa Excelência será o reino dos céus.

"É dura, desigual e perigosa a luta contra o arbítrio.

O PMDB é um partido que tem memória, não esquece o seu passado, não se envergonha de seu nome.

É seu canto de Gonçalves Dias:

"Nosso índio errante vaga.

E por onde quer que vá,

Os ossos dos seus carrega".

Por onde quer que vá o PMDB carrega o sacrifício de suas vítimas e de seus perseguidos, carrega os ossos de seus mártires.

Carrega-os não para a vindita, mas porque também os mortos vigiam e governam os vivos.

O PMDB pode errar, porque é humano. O que não pode é trair, porque perdendo a identidade, com a credibilidade perde a face.

"União sã com a verdade. União com apostasia de princípios tem o nome de cumplicidade ou de colaboracionismo".

Ulisses Guimarães, na reunião conjunta da Comissão Diretora Nacional Provisória do PMDB, em 17 de setembro de 1980.

O que nos deu a vitória foi a credibilidade popular e a união em torno do partido.

No Paraná traduzimos estas propostas em torno de três princípios básicos:

— DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER;

— PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA;

— MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA.

Estas propostas não mais que explicitavam a luta pela democracia no País.

A minoria que representa o regime se põe histórica ao darmos os primeiros passos, e esses passos não são mais do que o cumprimento do programa partidário.

Nossa função não é buscar a homogeneidade ideológica, que de resto não existe de forma absoluta em nenhum partido grande, moderno e democrático. Nossa função é cumprir nosso programa.

É dura a luta contra a intolerância do privilégio.

O PMDB é um partido que tem memória. Não esquece o seu passado, não se envergonha do seu nome.

"Nosso índio errante vaga.

E por onde quer que vá.

Os ossos dos seus carrega".

Alencar Furtado, Mário Covas, Rubens Paiva, Amauri e Silva, Leo de Almeida Neves, Luiz Gonzaga, Wladimir Hergoz, Juvêncio Mazarollo, Anibal Khury.

Todos vigiam, vivos e mortos. Este é o PMDB.

São Peemedebistas os companheiros todos, de ontem e de hoje, que procuram levar o País ao porto seguro da democracia política, econômica e social.

A situação do País é crítica, mas os velhos e reumáticos fantasmas quando surgirem e onde surgirem serão exorcizados. Não há mais lugar no processo político para as agourentas cassandras sociais.

Todos nós brasileiros vivemos em estado de angústia. O País atravessa a mais grave crise econômica, política e social de sua história.

A política econômica do Governo submetida a interesses internacionais volta-se para a proteção do capital financeiro, do modelo exportador e para a concentração da renda.

A submissão ao FMI promove o desemprego e o sofrimento popular.

As massas empobrecidas geram tensões. O autoritarismo e a centralização tributária se fazem sentir nas menores cidades brasileiras. Os municípios empobrecidos assistem a transamazônica ser ocupada pela mata e pela erosão; contemplam a ponte do Rio Niterói - obra suntuária e inútil; a ferrovia do aço planejada, iniciada e abandonada...

Enquanto os prefeitos sem recursos mendigam migalhas a violência explode nas cidades onde ninguém mais se sente seguro.

Os burocratas instalados no Governo, no entanto, não acreditam na capacidade do povo brasileiro se autogerir, e não cedem mesmo diante do fracasso de seus projetos e de sua incapacidade administrativa.

Manietados em sua ilegitimidade não apresentam alternativas para a crise.

Retomamos aqui a palavra de ordem da campanha eleitoral de 15 de novembro:

"Mais do que nunca é hora de mudar".

As eleições de 82 constituíram um momento decisivo para a afirmação política da Nação.

Representaram o início da caminhada longa, firme e irreversível, de construção da democracia e de transformações da sociedade. No entanto, essas eleições são apenas uma etapa intermediária e transitória, em direção à democratização real.

Detemos uma parcela de poder do Estado e temos que dar respostas aos anseios do nosso povo por melhores condições de vida.

Aceitamos o desafio. Mas afirmamos desde já que as nossas respostas transitórias não poderão ser plenas e nem irão corporificar uma verdadeira alternativa para a crise. Para isso, é preciso que cerremos fileiras para prosseguirmos tenazmente na luta pela mudança do regime.

No entanto, fique claro: assumirmos também para pôr fim ao nepotismo, ao compadrio, aquilo que um de nossos companheiros de bancada chama de "mumunha".

Assumimos o poder para honrar os compromissos com o povo e para desalojar os "barões da mumunha" que pensavam e pensam que a administração do Estado se dá ao redor de seu umbigo.

Não vamos repetir hoje o que ontem condenávamos.

O Governo não pode se transformar em apêndice do partido, uma vez que sua função é dar respostas aos

anseios das maiorias, movendo a justiça social.

O partido também não pode ser absorvido pelo Governo, perdendo a identidade e repetindo a história antiga: mero instrumento, embutido no Estado, de vontades e ambições pessoais.

O papel do Governo é traduzir as diretrizes partidárias, o que significa: criar as condições políticas do Poder através da participação dos funcionários, dos partidos e da população no processo de decisão e controle da ação governamental; criar condições legais para que se dê esta participação; alocar os recursos dando prioridade aos interesses da maioria da população, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida; respeitar a liberdade e a autonomia da população no processo de institucionalização da participação comunitária.

O partido, por sua vez, deve cumprir o seu programa, o que significa: contribuir para elevar o nível de consciência da população e fomentar a organização independente dos diferentes segmentos; liderar as reivindicações populares traduzindo sempre os anseios do povo; preencher os vazios políticos à medida que progridem as lutas populares; cobrar coerência do Governo no cumprimento de seu papel e apoiá-lo na concretização de seu programa; tornar-se um fórum permanente de debates sobre as questões sociais, políticas e econômicas.

Em nenhuma teoria, em nenhum programa, em nenhuma proposta pública, encontramos a afirmativa de que a finalidade do partido é de empregar parentes e amigos e pedir "cabeças" de administradores públicos que não se afinam com o nepotismo e com - para citar novamente um Deputado da nossa bancada - a "mumunha".

A nossa intranquilidade é a mesma de Dom Paulo Evaristo Arns, exposta com clareza na "Folha de São Paulo" de domingo.

Vamos a ela: (LÊ).

"NOSSA RESPONSABILIDADE COLETIVA

A muitos interessaria, por certo, que ocorresse algum tipo de "ruptura" nas relações entre a Igreja Católica da cidade de São Paulo e o governo do Estado.

O fato, no entanto, de se ter especulado sobre a possibilidade de rupturas é revelador de certas dificuldades do processo de democratização em que estamos todos interessados.

Uma dessas dificuldades é a de se tender a confundir Igreja com partido político. Não há dúvida de que toda atitude ou ação que interfere no interesse coletivo é por si mesma política. Assim, uma instituição como a Igreja não pode pretender ignorar o caráter político de pronunciamentos ou atitudes tomadas pelos seus membros, quando estes se referem a questões relativas ao Bem Comum, isto é, ao bem da maioria da população. Mas sua presença na sociedade difere fundamentalmente do tipo de presença das organizações que disputam o controle do Estado e cuja eficiência depende de uma arregimentação em torno de uma direção centralizada.

A missão da Igreja é profética e tem como perspectiva a construção da fraternidade. Assim, todos os que nela exercem uma função pastoral, desde seus bispos até suas comunidades de base, têm que se fazer presentes co-responsavelmente, sempre que o exija sua coerência com o Evangelho pelo qual procuram conduzir-se. Desse modo a Igreja não é uma instituição que possa se "aliar" ou "romper" com partidos ou governos. Ela é espaço de livre expressão da consciência frente às exigências do respeito à dignidade de todos os seres humanos, que ela vê como irmãos, porque filhos do mesmo Deus.

A construção de uma verdadeira democracia implica que instituições como as Igrejas possam coexistir sem reducionismos empobrecedores, com partidos, governos, sindicatos e todas as organizações com as quais os seres humanos respondem a suas múltiplas e diferentes necessidades.

Outra dificuldade revelada pelas especulações sobre “rupturas” é a do pluralismo. É tendência típica dos autoritarismos considerar que ou se está contra ou se está a favor. Não cabem nesse esquema mental as autonomias, as diferenças, as complementaridades, de todos os que se mobilizem na busca de justiça, procurando os caminhos mais adequados à solução dos problemas coletivos. Qualquer crítica é vista como passagem ao campo inimigo até mesmo como ameaça à segurança nacional. Como se os problemas de um país de desenvolvimento tão gravemente desequilibrado, como é o nosso, já constassem com soluções inteiramente equacionadas e não estivéssemos de fato diante de um enorme desafio que todos temos que enfrentar co-responsavelmente.

Resolver democraticamente os problemas, depois de tantos anos de autoritarismo, exige que nos reeduquemos na aceitação de críticas, na abertura para sugestões e na garantia da liberdade de expressão. E nos reeduquemos até mesmo na construção de uma confiança acima de interesses partidários, para que se supere a imensa injustiça que pesa sobre nosso povo.

É nesta perspectiva que aproveito a oportunidade deste espaço que a “Folha” teve a iniciativa de me oferecer, para trazer alguns esclarecimentos sobre os tipos de preocupação que muitos cristãos de nossa Arquidiocese, que convivem com o povo sofrido, têm trazido à nossa atenção, nestes tempos de novo governo. Tais preocupações nascem, naturalmente, da verificação do ocorrido nestes primeiros dois meses. Se o tempo é efetivamente curto, para que se pretendam resultados quantitativamente significativos, ele parece suficiente para caracterizar tendências qualitativas.

Uma primeira preocupação é relativa à gravidade da crise que atravessamos. Mesmo aqueles que não têm oportunidade de conversar com o povo da periferia, das favelas, dos cortiços, não podem deixar de se impressionar com a silenciosa e triste mobilização de desempregados nos locais em que se anuncia a distribuição de alimentos. As dificuldades do povo estão se acumulando com muita rapidez, assim como as tensões. Por isso se considera tão urgente que sejam tomadas medidas de ajuda real, mesmo que inicialmente só paliativas, enquanto se avança rumo a soluções mais fundamentais.

A gravidade da atual situação não estaria exigindo a criação de coordenações voltadas inteiramente para uma rápida e eficaz mobilização dos recursos governamentais? Não se deveria envolver neste esforço toda a sociedade? Não seria possível articular imediatamente a resposta a uma série de reivindicações muito concretas, já formuladas por organizações de trabalhadores, como o transporte gratuito, a sustação dos despejos, a isenção de pagamento de água e luz? As medidas a tomar contra o desemprego não deveriam elas constituir um primeiro ponto obrigatório da pauta diária dos dirigentes de todos os organismos governamentais e empresariais? Para vencer a inércia da máquina administrativa, não será necessário que os dirigentes políticos dêem seu próprio testemunho de real inquietação com o sofrimento do povo?

Uma segunda preocupação diz respeito à carga de responsabilidades que o governo de São Paulo carrega consigo. Ele passou quase a não ter o direito de decepcionar, neste momento tão difícil para o povo. Foi esse povo que o escolheu, depositando nele a sua confiança. Por isso ele tem que ser muito exigente consigo mesmo, até mais exigente do que os que nele votaram.

Caberia então perguntar: apesar de todos os esforços já

despendidos por este governo, o povo está tendo a possibilidade de se sentir, no que foi feito até agora, que se entrou realmente num processo de mudança? O povo não estaria esperando que se dedicasse menos tempo aos tradicionais “acertos” e manobras entre políticos, e mais tempo à busca de soluções para os problemas populares? Não se frustrariam suas esperanças, se não se começasse pelo menos a experimentar canais reais de participação?

O que poderá ser oferecido ao povo, como alternativa, se o caminho da eleição de seus governantes de revelar também uma ilusão? Será que todos nós, governantes e governados, medimos a carga de responsabilidade que, no bojo da grave situação em que vivemos, está recaindo sobre todos os que se empenham na construção da democracia em nosso País?

Uma terceira preocupação é relativa à facilidade com que a relação governo-povo pode derrapar para o enfrentamento como se este governo não tivesse sido escolhido pelo povo. Na verdade, uma vez passado o momento das eleições, o povo parece amedrontar o governo. A atitude tecnocrática ou paternalista de dirigentes separados do povo rapidamente marca muitos dos comportamentos. A segurança do afastamento povo-governo - cuja lógica traz consigo necessariamente até a repressão - não seria mais arriscada do que a abertura confiante para a co-responsabilidade social das lideranças e organizações populares?

O esforço a fazer não está exigindo a abertura de espaço, de ocasiões, de recursos, para que o povo expanda e multiplique, muito além da capacidade dos que procuram instrumentalizá-lo, seu nível de organização, para poder exprimir-se democraticamente, pacificamente, construtivamente? Não seria necessário abrir o máximo possível de portas, para que o povo falasse por si mesmo e fosse escutado? Não seria necessário que o governo dedicasse o máximo possível de tempo a esse contacto direto, por cima das barreiras do “mundo político”, irmanando-se com todos aqueles que o elegeram para, respeitando sua autonomia, ouvir suas proposições e encaminhar suas sugestões?

Na verdade, enquanto a Igreja Católica, estamos também vivendo, desde o Concílio do Vaticano 2.º, de Medellín e de Puebla, um desafio talvez semelhante: a construção daquilo que foi a grande redescoberta desse Concílio, isto é, uma Igreja que seja efetivamente Povo de Deus, na co-responsabilidade de leigos, religiosos, padres e bispos.

No esforço que costumamos chamar de “caminhada”, o lugar central vai sendo pouco a pouco tomado pelo pobre, como portador simples e confiante da esperança de fraternidade, pela qual anseia toda a humanidade. Isto implica em rupturas, nem sempre fáceis, com hábitos, comportamentos e estruturas do mundo velho.

A crise que estamos vivendo em nossa sociedade também não estaria exigindo substanciais rupturas nos modos tradicionais de governar? “

Sr. Presidente, requeiro à Mesa a transcrição nos Anais da Assembléia, deste artigo de domingo de D. Paulo Evaristo Arns, e que se oficie a Dom Paulo, a Dom Fedalto, Arcebispo de Curitiba e à direção da “Folha de São Paulo”, dessa medida.

No Paraná, nós estamos melhor que em São Paulo, mas, muito temos a caminhar, muito temos a aprender. O nosso Governo é um ponto de partida, não uma meta de chegada.

Entendemos o nosso papel de dar consequência a toda uma série de demandas populares. Sabemos além disso, que somos portadores de uma sólida proposta de desenvolvimento econômico e social. Tecnicamente consistente e fundamentada, contida em suas linhas básicas em nosso documento “Esperança e Mudança”.

A nossa proposta se constitui no compromisso de eliminar a pobreza absoluta da face do País, através de transformações profundas, do injusto modelo econômico e social e das estruturas do Estado. Para isso, no entanto, precisamos da mobilização da sociedade civil, da mesma sociedade que garantiu nossa vitória em 15 de novembro. Precisamos das Associações de Bairros, dos Sindicatos, das Comunidades Eclesiásticas de Base das Organizações Religiosas para manter, em marcha batida, o processo de transição para a democracia.

A nossa proposta, de ontem e de hoje, tem como passo inicial a recuperação ordenada do crescimento econômico em novas bases. Pressupõe a realização de reformas institucionais fundamentais que permitirão abrir caminhos para a justiça social. A reforma agrária, a reforma fundiária urbana, a reforma da legislação trabalhista e da situação caótica da previdência social, pressupõe que a grave crise fiscal e financeira do Estado seja solucionada por uma reforma tributária, que além de gerar novos recursos, implantando efetivamente o princípio da justiça fiscal, recuperando a própria federação.

Estas políticas paralelamente à cessação dos pagamentos da dívida externa, constitui um conjunto exequível e articulado, consistente e não inflacionário de políticas econômicas e de reformas. A solução dos gravíssimos problemas que afligem a Nação transita, no entanto, pela institucionalização do regime democrático, com participação popular. Isto é só legitimamente possível, através da Assembléia Nacional Constituinte, pela qual passa qualquer proposta democrática de mudança do regime.

Temos a nossa proposta. Podemos até errar. O que não podemos é trair, porque perdendo a identidade, perderemos a credibilidade. É dura a luta contra o arbítrio, mas o PMDB é um partido que tem memória. É nosso o canto de Gonçalves Dias: "Nosso índio errante vaga e por onde quer que vá, os ossos dos seus carrega". Carrega-os, não para a vindita, mas porque também os mortos vigiam e governam os vivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos 10 minutos restantes do seu horário. Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra, no horário destinado à Liderança do PDS ao Sr. Nelson Buffara, por dez minutos.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Pequeno Expediente nós líamos e eu confesso, com açodamento, com precipitação e rapidez, um pronunciamento que nós elaboramos hoje pela manhã, e quase falhamos na tentativa de, em cinco minutos, poder ler todo o seu conteúdo. Como não foi possível, a liderança nos faz a gentileza em nos dar 10 minutos do seu horário. E nós vamos complementar o nosso pronunciamento.

Oxalá os Srs. Deputados pudessem nos dar atenção, que nós não vamos reler. Vamos apenas ler o que faltou para ser lido.

Nós dizíamos que não nos atemoriza ameaças de uma devassa na administração dos portos

de Paranaguá e Antonina. Com a manifesta intenção de comprometer-nos, nem isso seria novidade, num Estado atualmente atirado ao caos administrativo, e onde o patrulhamento já se tornou uma instituição oficial.

Se for necessário o nosso voto para a constituição da CPI eles o terão. O nosso voto é favorável à constituição dessa CPI. É lastimável a maldade e a falta de humildade de certos homens públicos que por pertencerem ao partido situacionista, julgam-se donos da verdade, tornando-se arrogantes e autoritários.

Aproveito o ensejo para oferecer-lhes um conselho: a minha longa vida política, a série ininterrupta de vitórias que obtive nas urnas, basearam-se num ponto principal, que é a humildade. Para que o Sr. Presidente e os Srs. Deputados possam julgar-nos, encaminharei a esta Casa, nas próximas horas, cópias das nossas declarações de bens para que se constate o nosso gradativo empobrecimento. E isto, Srs. Deputados, é o que acontece a quem faz política com desprendimento visando a causa pública com amor e abnegação. Que o meu exemplo seja seguido por estes políticos que tentam forjar a ferro e a fogo, uma liderança que não possuem nos municípios do litoral paranaense.

Falta-lhes, no entanto, capacidade e humildade para tal. Falta-lhes sensibilidade para entender e conquistar o coração daquele povo que é leal para quem lhe oferece lealdade; que tem tradição e inteligência para não se deixar enganar.

Eu poderia, quem sabe, tê-los enganado uma vez, porém jamais por nove vezes consecutivas, que é o número de mandatos que este povo me conferiu.

Nossa liderança em Paranaguá e municípios vizinhos, foi conseguida através de duras lutas, em defesa dos interesses de seu povo, e é fruto de serviços efetivamente prestados à comunidade, que nos retribui com carinho e afeição.

Ao agredir-nos gratuitamente, estes políticos ambiciosos estão agredindo todo o povo, ao dizer que elegeram pela nova vez alguém que por eles nada fez.

Mas o povo é sábio e compreende, por certo, como é lastimável, como é deplorável pessoas sem escrúpulos, querendo crescer politicamente às custas daqueles que realmente o representam e merecem o seu respeito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este nosso pronunciamento não é um veto, não é um desabafo, mas é a realidade de fato, que ocorre desde 1951, quando fomos eleitos vereador de Paranaguá pela vez primeira, até o dia de hoje com mandato ininterrupto, conferido pelo povo de Paranaguá e região litorânea. É apenas uma contestação para que não parem dúvidas que estamos receosos de CPIs que estão aventadas nesta Casa. Nós votamos pela criação da CPI, queremos apurar a responsabilidade de quem deve neste Estado, seja em Paranaguá ou em todo o Estado do Paraná.

Mas queremos isto sim, que a verdade venha à tona, ferindo aqueles que devem ser feridos e não através de políticos farsantes que tentam denegrir a imagem do homem público, através de injustiças praticadas contra este Deputado.

Nós temos o nosso passado inatacável, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nosso passado é de muita tradição e se nós empobrecemos na política foi em campanhas que fizemos por eleições majoritárias do PMDB, em 70, 74 e 78, quando custeamos com nossos recursos, as campanhas dos candidatos a eleições majoritárias

naqueles três mandatos que não lograram êxito.

Em 1970, o Sr. José Richa quando perdeu a eleição para Márcio Leão e Accioly Filho; em 1974, custeamos as campanhas do Sr. Leite Chaves elegendo-o Senador; em 1978, custeamos as campanhas do Sr. Enéas Faria e do Sr. José Richa, novamente ao Senado da República.

Nós somos homens que temos o nosso coração aberto a quem queira olhar no fundo da nossa alma. Mas não admitimos injustiças, quanto mais quando são praticadas por elementos que não têm tradição político-eleitoral.

Era apenas o que faltava para completarmos o nosso pronunciamento, Sr. Presidente, e agradeço à Liderança do nosso partido por ter nos concedido este tempo que nos foi muito precioso.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA -- Vossa

Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Para renovar a Vossa Excelência a integral solidariedade da bancada, com relação a insinuações a respeito de possíveis CPIs, Vossa Excelência, como nós, como a Bancada do PDS, não teme aqueles que fazem de uma CPI uma "intimidatória farsada", para atemorizar eventuais Deputados ou companheiros do nosso partido.

Nós realmente estamos à disposição. Louvamos a vida de Vossa Excelência, o trabalho que faz pelo Paraná a sua luta pertinente do dia-a-dia. Paranaguá, nos últimos anos, tem uma história político-administrativa que se confunde com a história de Vossa Excelência e de sua família.

É por isto que os adventícios que chegam lá agora, ficam atemorizados, graças ao seu trabalho, prestígio e às suas veiculações indeléveis com o povo de Paranaguá, que se confundem, digo novamente, com a própria história daquele pujante município do litoral paranaense.

Nossa integral solidariedade e conte Vossa Excelência com seus companheiros de bancada sempre, em todas as circunstâncias, que as eventuais insinuações malévolas, daqueles que não têm caráter, fazem a respeito da atuação de um dos membros da nossa bancada.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, Deputado, Líder de nossa bancada.

Sempre fomos humildes, sempre fomos despidos de qualquer sentimento de vaidade, mas neste momento é necessário ressaltar um fato que ocorreu no dia 15 de novembro próximo passado, na última eleição. Fomos o único político, egresso do PMDB, que conseguiu lograr êxito no PDS. Sabem os senhores do potencial político e eleitoral de vários candidatos que saíram do partido e, infelizmente não conseguiram lograr o êxito que conseguimos. Se isto foi conseguido, foi graças à estrutura que temos no litoral. Foi graças aos 16 mil votos que o litoral nos deu, para que conseguíssemos chegar a esta Casa pelo quinto mandato. São votos pessoais, conseguidos nestes 32 anos de vida pública, de serviços prestados ininterruptamente. Serviços prestados à causa pública. Sou um daqueles homens que têm mais prazer em servir do que em serem servidos, que têm mais prazer em dar que em receber.

É neste diapasão que quero pedir permissão a esta Casa para enunciar estes fatos, deixando de lado a modéstia que caracteriza a vida pública, enfaticamente, que o nosso mérito não é um Deputado da Situação que vai nos tirar, atribuindo-se coisas que não são verdadeiras. É preciso trazer provas irrefutáveis a esta Casa, para que marque

posição e cresça à sua custa e não tentando denegrir a imagem de um homem público que, nestes 30 anos, só empobreceu, conforme provas que encaminho à Mesa no dia de hoje. Cópias exatas da declaração de bens que anualmente encaminho ao Imposto de Renda, do empobrecimento nestes 32 anos. Meu patrimônio se esvaiu, chegando a 25 por cento do que tinha em 1966, quando pela primeira vez vim a esta Casa.

Não levo desaforo para casa. Refuto com energia. Refuto com vigor, porque se tivesse razão este que me destratou, eu baixaria a cabeça, poria a "viola no saco" e iria para casa. Calaria diante das acusações, se tivessem elas fundamento.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Nelson Buffara, realmente não vi, não conheço as insinuações que fizeram contra Vossa Excelência. Acho que se se fora, feitas, foi por alguém que não conhece o seu passado, ou que está enciumado com a amizade que Vossa Excelência tem, no litoral. Porque grandes amigos tenho no litoral, e todas elas têm me dito do seu prestígio, do trabalho que Vossa Excelência tem feito no litoral paranaense.

Não só pelo litoral, Deputado Nelson Buffara, A minha própria cidade-mãe que é Foz do Iguaçu, que represento com muito carinho nesta Casa, no passado já teve sua mão, até o dia em que lá elegeu o primeiro Deputado que é este que vos fala.

Vossa Excelência lutou muito pela criação, pela instalação da Zona Franca de Foz do Iguaçu. E a população de lá sabe do seu trabalho. O comerciante de Foz do Iguaçu tem conhecimento da luta que Vossa Excelência já fez pela minha cidade.

Vossa Excelência faz um desafio na tribuna, para este que insinuou. Eu não gostaria de estar no lugar desta pessoa, porque ela não tem sequer coragem de vir responder ao Deputado Nelson Buffara.

Temos em Vossa Excelência, Deputado Nelson Buffara, um homem sério, honrado e de tradição política no Paraná. A sua família é o retrato do seu passado. Este Deputado que vos fala, apesar de ser jovem na vida política, já tem sobre seus ombros o peso da responsabilidade de bem encaminhar as coisas públicas.

Associo-me a Vossa Excelência, estou ao seu lado e aceito, junto com Vossa Excelência, qualquer desafio que venha a desabonar a sua conduta, porque eu a conheço. Jamais fiz isso na minha vida pública, associar-me a um homem, associar-me a uma pessoa de vida pública, para junto com ele defender o seu passado honroso, o brio do trabalho que Vossa Excelência tem.

Deputado Nelson Buffara, não é porque Vossa Excelência está no meu partido ou eu estou no seu partido; quando Vossa Excelência esteve no partido do MDB, sempre teve o respeito deste Deputado, e vai continuar tendo, onde quer que Vossa Excelência esteja.

Estou ao seu lado, por ser um homem honrado, honesto, e de tradições políticas que este Estado tem dado à Nação brasileira.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado, realmente, eu é que pertenço ao seu partido, porque eu entrei nele, quando Vossa Excelência já pertencia, e com muita honra, por convite feito pelo Sr. Governador Ney Braga, na ocasião. Ele disse que eu era insubstituível no litoral. Tanto é que o PDS do litoral é forte. Ganhou a eleição em cinco municípios, perdendo apenas em Paranaguá. Nestes cinco municípios venceu com galhardia, com estoicismo e com orgulho.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência.

Na oportunidade em que o ex-Governador Ney Braga convidou-o para participar do nosso Partido, ele naturalmente sabia, estava procurando atrair para o PDS um homem que ao longo de sua vida pública realmente demonstrou a sua liderança no litoral.

Tudo o que Vossa Excelência está falando, aí eu acompanhei. Vossa Excelência já é tradição na família Buffara, pois veio substituir aqui um líder que era seu irmão, Deputado que já faleceu, mas de quem guardamos grandes recordações, pela atuação populista que ele sempre teve, tanto aqui nesta Casa como na área federal. O nobre Deputado Miguel Buffara, seu irmão, sempre honrou as tradições da família. Então, era natural que o ex-Governador atraísse Vossa Excelência, pela liderança que efetivamente exerce em todo o litoral do Paraná.

Vossa Excelência também, naquela oportunidade, mais uma vez colocou acima dos interesses pessoais, os interesses do litoral paranaense. Esse aspecto é que precisa ser ressaltado. Só um cego não sabia que realmente na democracia existe a alternância do poder. E que o povo já estava cansado de longos e longos anos do nosso partido no Poder. Era evidente que já prevíamos o desfecho eleitoral de 15 de novembro.

Mas, Vossa Excelência colocou acima dos interesses pessoais, acima de uma reeleição fácil, tranqüila e cômoda, a reeleição de Vossa Excelência foi trabalhosa, foi difícil.

Eu sei que Vossa Excelência trabalhou muito, mas colocou acima disso tudo, os interesses do litoral. Atendeu e aquiesceu o convite do Governo anterior, pensando única e exclusivamente no seu povo, nos homens que sempre lhe deram o apoio. Vossa Excelência pode, efetivamente, carrear para o litoral, grandes e grandes realizações. Eu acompanhei "pari passu" o seu trabalho, naquela oportunidade.

Agora eu queria também — e sei a quem Vossa Excelência se refere — fazer uma ressalva ao nobre Deputado Vice-Presidente desta Casa, Nestor Baptista, que é um homem bem intencionado. Tenho a impressão que ele não quer e não pode disputar liderança com Vossa Excelência, no litoral, porque é um recém-chegado naquela região, ele é um homem que, mercê também da sua jovialidade de espírito, de seu espírito público, tem seus adeptos lá, porque lá Vossa Excelência tem adversários, como eu tenho aqui em Curitiba.

É evidente que os adversários de Vossa Excelência estão ao lado do Deputado Nestor Baptista, mas eu tenho a impressão que a luta do nobre Deputado Nestor Baptista em Paranaguá não é contra Vossa Excelência. Ele deve, e não pode, se for um homem honesto, não pode deixar de reconhecer o grande trabalho que Vossa Excelência fez e vem fazendo pelo litoral. Ele tem que reconhecer isto, que não pode disputar liderança com Vossa Excelência, embora ele esteja com o armamento na mão, com os canhões na mão, pois ele é homem do Governo e homem que tudo pode no litoral. Vossa Excelência é oposição, mas tem uma tradição de trabalho prestado àquela gente e o nosso homem do litoral é muito grato às pessoas, jamais esquecerão o trabalho que Vossa Excelência fez e vem fazendo por aqueles municípios.

Eu tenho a impressão que a luta do nobre Deputado Nestor Baptista, é contra a inoperância que grassa no cais de Paranaguá. Realmente, o Governador José Richa foi infeliz ao escolher o Superintendente do Porto. Isto tem desagradado não só ao Deputado Nestor Baptista mas também todas aquelas pessoas que hoje dependem do Porto

de Paranaguá.

Então, tenho a impressão que a luta do nobre Deputado Nestor Baptista não é contra Vossa Excelência, não é pessoal, mas sim contra a inoperância, contra a truculência, contra a ditadura que hoje se implantou no Porto de Paranaguá.

Era esse o aparte que eu queria dar a Vossa Excelência, reconhecendo seus méritos.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, Deputado.

Com a sua sabedoria e experiência, tenta dar um respaldo ao meu pronunciamento, fazendo algumas correções no bom sentido, para que eu interprete corretamente a conduta do Deputado nesta Casa.

Quero apenas nesse meu pronunciamento, deixar evidenciado que não tenho ódio por ninguém, mas quero fazer um apelo a esta Mesa, Sr. Presidente, Sr. Trajano Bastos de Oliveira. e comunicar a esta Casa que tenho impressão que dias tempestuosos estão por surgir. Não farei provocações, mas refutarei com o máximo de energia, em qualquer campo que necessário for, acusações que não possam ser comprovadas. Acusem-me, mas provem as acusações, caso contrário irei com toda violência, com todo meu ímpeto, Srs. Deputados, defender a mim, a meus filhos e meus netos, enfim, ao meu nome, pois nesses 32 anos o litoral do Paraná consagrou-me nas urnas.

É uma advertência que faço. Não sei o que está por surgir, temo pelo futuro, temo, pois sou um homem pacifista, desde, é claro, que não seja provocado. Provocado, confesso, sou um animal, uma fera, uma besta humana.

Muito obrigado, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso dos dez minutos restantes.

Está com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, por dez minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi motivo de surpresa para mim, na data de ontem, quando às nove e meia da noite, recebi um telefonema do nosso companheiro de bancada, Fuad Nacli, dizendo ter recebido um telefonema do Chefe da Casa Civil, que pretendia convidar a Liderança do PDS ou a Vice-Liderança, para participar de uma comitiva que hoje estaria em Xapencó, para entrevistar o Sr. Ministro Mário Andreazza, e fazer um apelo para que libere recursos ao Paraná, a fim de atender os flagelados e atender a calamidade em que se encontram várias regiões do nosso Estado.

Mas, dizem que o Chefe da Casa Civil não teve condições de falar com a liderança porque não sabia quem era, não tinha o telefone e não sabia como comunicar.

Lamentamos esta desorganização da Casa Civil, em não ter condições de manter um contato, daí um convite para uma reunião de hoje, ser feito ontem às 9:30 horas da noite.

Eu nada mais pude fazer, a não ser pedir ao Deputado Fuad Nacli, que se ele tivesse condições, que acompanhasse, porque nós, naquela hora, não teríamos condições de providenciar mais nada para participar.

Venho a esta tribuna para dizer da posição da nossa bancada, solidária a qualquer reivindicação em favor do Paraná. Qualquer reivindicação junto à área federal, para que sejam liberados recursos necessários para o atendimento a esses municípios que estão em sérias dificuldades, empobrecidos, quase que falidos, sem maneiras de socorrer àqueles que estão sem meios de comunicação, com as pontes caídas, com as estradas intransitáveis.

Mas vejo, Sr. Presidente, que a promessa do PMDB foi muito grande, por isso há a cobrança. Algumas pessoas até reclamam que o PDS está cobrando o que ele não fez há 18 anos.

Muita coisa foi feita pela ARENA, muita coisa foi feita pelo PDS e muito deixou de se fazer. Mas, o que ficou por fazer, que faça agora o PMDB.

Vi, agora há pouco, quando falava o brilhante Deputado num aparte, Deputado Paulo Furiatti, fazendo a defesa, e fazia questão de frisar como alvo o PDS. Este PDS que este Deputado representava há bem pouco tempo. Representava em reuniões, o Secretário da Agricultura, quando ele fazia parte daquele órgão, fazendo a defesa intransigente da ARENA e do PDS. Hoje tem como alvo o PDS.

Aquilo que o PDS não fez, espero que o PMDB possa fazer e dizer da nossa firme disposição, de dar a nossa contribuição, naquilo que esteja ao nosso alcance, naquilo que o PDS possa atingir.

Disse agora há pouco o Deputado Fiori Luiz, lendo vários recortes de jornais, e num desses recortes disse que também o Governador do PMDB estava na hora de iniciar o Governo. Está mesmo na hora de iniciar o Governo. Esperamos que se inicie, que partam para a ação e nós estaremos atentos àqueles projetos de interesse do povo, para dar o nosso integral apoio e para que o nosso povo tenha melhores dias.

Falando de nossas entidades, já não estou falando dos municípios, nossas entidades assistenciais, das quais estou recebendo constantemente, e creio que todos os Srs. Deputados também recebem ofícios de entidades, pedindo a liberação de verbas que as ajudem, já não têm condições de sobrevivência. Os Deputados federais, tanto do PDS como do PMDB, do PDT e de outros partidos, recebem uma verba de três milhões para atendimentos às entidades que por indicação do Deputado é distribuído às entidades assistenciais em todo o Brasil. Mas, aqui no Paraná, até agora não há nenhuma verba, aquela que sempre foi dada por indicação dos Deputados.

Não que o Deputado manuseie a verba, mas como um ofício, ele indica a entidade da sua região para que receba as verbas em benefícios de creches, das APMIs, dos Clubes de serviço, etc.

Agora, nós não temos. A única coisa que temos a fazer é responder esses expedientes dizendo que lamentavelmente não poderemos atender neste ano, porque tudo indica que o Governo do Estado não irá liberar nenhum recurso por indicação dos Srs. Deputados.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.
O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Gilberto Carvalho, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, companheiro meu de região no Paraná, de representação, pelo discurso que faz nesta Casa, nesta tarde.

Realmente temos lamentado. Tenho falado inclusive por escrito, Deputado Gilberto Carvalho, às entidades da minha área, aos amigos que têm me procurado pessoalmente, dizendo que realmente o governo participativo e transparente do PMDB tem se portado de maneira bastante estranha.

Nós, quando Governo, nunca discriminamos os Deputados Estaduais, fazendo com que as verbas distribuídas a um Parlamentar, era equitativamente distribuída a todos os parlamentares, de todos os partidos políticos. Este costume, aliás, é feito também com relação a nível federal, que Vossa Excelência acaba de relatar na tribuna.

Lamentamos, Deputado, profundamente, porque apesar do pouco dinheiro, da pouca participação, era alguma coisa que podia ser dada a algumas entidades, com mais

dificuldade de acesso direto aos cofres dos órgãos públicos do Paraná.

Lamento isso e até agora não tivemos nenhuma notícia a respeito, e acho que o Governo que aí está, não devia nos dar esta verba, até não faço questão dela, Deputado. O que faço questão é que os Deputados do Governo, pelo menos, façam as indicações. Terei então o maior prazer em transferir a eles todos os meus pedidos, para que atendam. Não precisam nem se referir ao nosso nome, da bancada do PDS, mas que atendam às APAEs, às creches, aos lares de velhos, enfim, às entidades que fazem a promoção social e humana deste Estado.

É este o apelo que fazemos. Não temos o menor interesse pessoal nisso. Eu particularmente, e Vossa Excelência, com certeza, jamais fizemos campanha política encima de órfãos ou de velhos desamparados. Não será este o ano, não será esta a época que mudaremos a nossa forma de ser.

Mas o que precisa, isto sim, é o atendimento do Governo, este governo atordoado que aí está, e que até agora, após mais de seis meses, mais de meio ano da sua vitória eleitoral, ainda não encontrou lamentavelmente, para as entidades assistenciais do Paraná, e pior, até da população paranaense.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, Deputado, o aparte de Vossa Excelência. Valioso este aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Ezequias Losso.
O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado Gilberto Carvalho, temos acompanhado o interesse de Vossa Excelência, ao longo de todos estes anos no atendimento ao assunto que realmente está trazendo preocupações à comunidade.

Aborda Vossa Excelência nesta tarde, uma questão que parece ser simples, à primeira vista. Pessoalmente tenho percebido a grande preocupação de inúmeros presidentes de entidades assistenciais, ao longo de diversas regiões de nosso Estado, que têm, efetivamente, encontrado dificuldades para o prosseguimento de suas atividades normais.

Certamente tem havido por parte de inúmeros membros da comunidade, o interesse em dar a sua contribuição pessoal entretanto, não é suficiente. O apoio do Poder Público se faz mesmo necessário para que possam estas entidades, efetivamente, dar continuidade às suas funções.

Recebi na semana passada, nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado. Concede-lhe, no entretanto, mais um minuto para conclusão.

O Sr. Ezequias Losso — Apenas para conclusão, recebi de dois Presidentes de entidades, informações que brevemente fecharão suas portas e entregarão à PROMOPAR os internos de dois orfanatos do Estado do Paraná, se não receberem os recursos que normalmente recebiam do Governo anterior.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado Losso.

Agradeço ao Presidente pelo minuto que me concedeu, dizendo que está na hora do Governo começar a trabalhar, porque temos que socorrer, não só os municípios, mas também às entidades que vivem dando assistência aos desamparados, sem qualquer interesse pessoal, quer por parte do Deputado, quer de parte dos presidentes de entidades.

Vamos nos unir e procurar atender essas entidades, e que o Governo comece a trabalhar para o bem do Paraná. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, devidamente apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Ofício de número 0123.083.0, de lavra do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que solicita envio de documento à Comissão de Constituição e Justiça. — **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 14/83, que dá nova redação ao art. 2.º da Lei n.º 7.700, de 05/01/83, estendendo aos Policiais Militares reformados ou transferidos para a reserva remunerada, os benefícios das Leis n.ºs 7434/80 e 7637/82 (Gratificação de Risco de Vida) e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
AO PROJETO DE LEI N.º 14/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O artigo 2.º da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º — A gratificação de que trata o § 1.º, do artigo 2.º da Lei n.º 7434/80, será paga ao policial militar inativado até 31 de dezembro de 1980, e não beneficiado com a gratificação de que trata o item 4, do artigo 13, da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pelo artigo 9.º da Lei n.º 7258, de 30 de novembro de 1979, na forma abaixo”.

Art. 2.º — Aplicam-se aos policiais militares da reserva remunerada a reformados beneficiados pelo artigo 4.º da Lei n.º 7434, de 29 de dezembro de 1980, os percentuais da Gratificação Policial Militar estabelecidos pelo artigo 1.º, da Lei n.º 7637, de 10 de setembro de 1982.

Art. 3.º — Fica revogado o parágrafo único do Art. 2.º, da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1983.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 47/83, que define e regula o desempenho das funções do Vice-Governador do Estado. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 47/83).

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/83, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado na mesma por unanimidade e que determina o arquivamento de proposições apresentadas na legislatura anterior e que não tenham atingido a fase de votação pelo Plenário desta Casa. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/83, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Campo Mourão, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 08/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 07/83

P A R E C E R:

O ilustre Deputado Augusto Carneiro visa com o presente projeto, de sua autoria, aumentar para 13 o número de Vereadores da Câmara Municipal de Campo Mourão.

Com efeito, a pretensão daquela importante comuna tem apoio legal, mais precisamente na Lei Orgânica dos Municípios — Lei Complementar n.º 02, de 18/6/73, uma vez que está comprovado, conforme documento anexo, o número de eleitores que justifica o pedido.

O processo está revestido das formalidades legais, inexistindo óbices de ordem constitucional ou regimental que impeçam sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, pela Aprovação do Projeto, na forma como se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que acresce aos artigos 44, 59 e 75, da Lei Complementar n.º 02, os incisos que especifica, relativamente a projetos de loteamentos e arruamentos. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **PROJETO DE LEI N.º 11/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica acrescido ao artigo 44, da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973, em seu inciso I, o item “f”, com a seguinte redação: “f) Projetos de loteamentos e arruamentos.

Art. 2.º — Fica acrescido ao artigo 59 da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973, o inciso “XVII”, com a seguinte redação: “XVII — Autorizar loteamentos e arruamentos”.

Art. 3.º — Fica acrescido ao artigo 75 da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973, o inciso XXXIV, com a seguinte redação: “XXXIV — enviar à Câmara, Projeto de Lei que autorize loteamentos e arruamentos”.

Art. 4.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Legislação recente, federal, de número 6766, de 19/12/79, passou a regular o parcelamento do solo, o que fez em dez extensos capítulos em que são enfocados os requisitos urbanísticos, os Projetos de Loteamentos, os Projetos de Desmembramento, as condições de aprovação de Projetos de Loteamentos e Desmembramentos, dispondo, finalmente, que: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, poderão estabelecer normas complementares

relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta lei às peculiaridades regionais e locais", motivo pelo qual, preliminarmente, estimamos para propor o presente projeto de lei.

Ademais, como é sabido, em nossos dias, os executivos municipais monopolizam a aprovação de Projetos de Loteamentos e arruamentos, dos quais o Legislativo sequer toma conhecimento, exercendo o Poder de parcelar o solo municipal, unilateralmente a seu próprio alvedrio, sem prévia audiência dos representantes dos municípios.

Ora, se o município é "a unidade do território do Estado, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República", e a este mesmo município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e "privativamente dispor sobre loteamentos e arruamentos", e, se na forma do Art. 26 da Lei Complementar n.º 02/73, o "Governo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com funções legislativas" e pelo Prefeito, com funções executivas, nada mais certo do que, através da Lei Orgânica dos Municípios, devolvermos ao Legislativo a oportunidade de apreciação de matérias que versem sobre esses peculiares interesses municipais, auxiliando o executivo no acerto das decisões e analisando com mais profundidade o planejamento urbano municipal.

Assim, esperamos o apoio e a aprovação do presente plano, pelos motivos aqui expostos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 11/83

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Rubens Bueno, objetiva acrescentar ao artigo 44, da Lei Complementar n.º 02/73, em seu inciso I, o item "f" com a seguinte redação:

"Projetos de loteamentos e arruamentos".

A finalidade da medida é envolver também o Poder Legislativo no processo governamental do município, tal qual dispõe a Lei Orgânica dos Municípios, em consonância também com os dispositivos da Lei Federal n.º 6766, de 19/12/79, cuja cópia xerostática anexamos, que comete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o mister de expedir normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal.

O processo encontra-se devidamente formalizado e obediente às exigências regimentais e legais, razão por que nossa opinião é favorável à Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
HERMAS BRANDÃO — Relator

Em votação — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem)

A Bancada do Partido Democrático Social votou contrariamente ao projeto, e Vossa Excelência sabe que este é um projeto de lei complementar, que exige um "quorum" de 30 Deputados. Em consequência, solicito a Vossa Excelência que reformule e anuncie que o projeto foi...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa acata, e está **REJEITADO** o Projeto.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/83, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Apóstolo da Caridade II", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 16/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA APÓSTOLO DA CARIDADE II, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços à coletividade curitibana, no campo da assistência social e filantrópica, dentro das suas finalidades estatutárias.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais previstas no estatuto da utilidade pública vigente em nosso Estado.

Nestas condições é que apresentamos o presente plano de lei, que temos certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 16/83

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Apóstolo da Caridade II", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação pertinente, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, somos de opinião favorável à Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se propõe.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
IVAN GUBERT — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Maria", com sede e foro em Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 23/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 17/83

PARECER:

Objetiva o presente plano de lei de autoria do eminente Deputado Roberto Requião, declarar de utilidade pública a "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Maria".

Instruem o processo os elementos essenciais previstos na legislatura própria, inexistindo óbices de qualquer ordem à sua normal tramitação.

Dos termos da justificativa depreende-se a oportunidade e conveniência da medida.

Em tais circunstâncias, somos favoráveis à Aprovação do Projeto, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/83, de autoria do Deputado Mário Pereira, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 23/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 20/83

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Mário Pereira, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a Associação de proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Heriberto Bruning, ocorrido este mês, na cidade de Rio Branco do Sul. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airtton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nair de Souza Loyola, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Kudri, irmã dos dos jornalistas Abdo Kudri e Jorge Kudri, ocorrido em data de ontem. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Teixeira da Rocha, ocorrido no Município de Rio Branco do Sul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário paranaense, Zízimo de Carvalho, um dos fundadores do extinto MDB e, também um dos fundadores do atual PMDB. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a suspensão da Sessão Plenária do dia 3 de junho próximo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o encaminhamento dos Projetos de Resolução n.ºs 46, 47, 49 e 50/83, à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para que sejam emitidos pareceres a respeito. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei de sua autoria, de n.º 32/83, que trata das Custas Judiciais. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR a agilização no fornecimento da Merenda Escolar para o Município de Tibagi. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, para que o mesmo determine à PARANATUR, encarecendo estudos das potencialidades turísticas dos lugares "Salto Santa Rosa" e "Fazenda Fortaleza", no Município de Tibagi. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil em Brasília, no sentido de que sejam instalados Postos Avançados de Crédito Rural nas localidades de Barro Preto, e sede do Distrito de Caetano Mendes, no Município de Tibagi. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine que o Posto da Cafe do Paraná retorne às suas atividades no Município de Tibagi, uma vez que o mesmo se encontra fechado desde fins de março último. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente à Sra. Secretária da Educação, para que sejam tomadas as providências na apuração de denúncias formuladas contra a Direção do Colégio "Menelau de Almeida Torres", do Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior solicitando seja oficiado expediente à Sra. Secretária da Educação, no sentido de serem atendidas as reivindicações feitas pela direção da Escola Estadual São Jorge de Ponta Grossa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, no sentido de dotar a Escola Estadual Arnaldo Coneglian, do Distrito de Bourbônia. Município de Barbosa Ferraz, de melhores condições de funcionamento. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato e Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser asfaltado o trecho que liga Terra Boa à PR-323, passando pelo Distrito de Malu, numa distância de aproximadamente 23 km. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de rodovia no trajeto de Mal. Cândido Rondon, Novo Três Passos, Nova Santa Rosa e Maripá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Presidência da CBF, no sentido de esclarecer esta Casa e o povo do Paraná, das razões da não convocação pela Comissão Técnica da Seleção Brasileira, do goleiro

Roberto, pertencente ao Quadro Esportivo do Clube Atlético Paranaense. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que sejam distribuídas, através de órgão competente, sementes de horticulturas para pequenos agricultores, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, no sentido de que sejam fornecidos maior número de medicamentos para o Posto de Saúde, do Município de Peabiru. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Joelmir Betting, da Rádio e Televisão Bandeirantes de São Paulo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Administração, sugerindo modificações no IPE, para simplificação no pagamento do auxílio-funeral e adoção de novas normas no tocante à aceitação de cheques pela Farmácia, daquele Instituto. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, enviando cópias do pronunciamento sobre a contaminação de produtos agrícolas por elementos químicos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tade França, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente à Superintendência da Rede Ferroviária Federal, visando o envio de 70 vagões para a Estação Ferroviária de Maringá, com o objetivo de se proceder ao escoamento da safra agrícola daquela região. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando que a política energética seja o tema central de um dos próximos fóruns de debates que a Comissão Executiva vem promovendo, nesta Casa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando no sentido de que seja constituída Comissão Especial, constituída por Parlamentares, representantes do Poder Judiciário e da Secretaria de Segurança, representando o Poder Executivo, para que sejam realizados estudos no sentido da transferência dos presos de maior periculosidade da Penitenciária Central do Estado para a Ilha das Cobras, no litoral. Esta Comissão deverá ser composta por sete membros. — **Adiada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando a convocação da Sra. Secretária da Educação, para comparecer perante o Plenário deste Poder Legislativo, a fim de prestar informações e esclarecer a respeito da nova sistemática de eleições para Diretores e Inspectores da rede estadual de ensino. — **Em votação.**

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — (Para Encaminhar)

Sobre o requerimento do nobre Deputado do PDS, Gabriel Sampaio, esta Bancada lhe empresta a solidariedade, para que a Sra. Secretária da Educação compareça a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação o requerimento. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando no sentido de que seja assegurado aos Suplentes de Delegado, o exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 3055, de 17 de janeiro de 1973. — **Em discussão.**

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Solicito que Vossa Excelência determine ao Sr. 1.º Secretário, a leitura integral do requerido.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura do requerimento.

(É lido o requerimento)

O SR. PAULO FURIATTI — Solicito verificação de "quorum", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação.

O SR. PAULO FURIATTI — Solicito verificação de "quorum", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência colocará em votação e logo em seguida atenderá o solicitado pelo Deputado Paulo Furiatti.

Está em votação. — **Aprovado.**

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Deputado Paulo Furiatti. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Os que rejeitam, queiram levantar-se.

14 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

A Mesa comunica que a Comissão de Educação desta Casa solicita a presença dos Srs. Deputados para a realização, nesta Assembléia Legislativa, de painel sobre o tema "A Participação do Educando no Conselho Estadual de Educação", contando com a participação da Secretária da Educação, Conselho Estadual de Educação, Associação dos Professores do Paraná e diversas entidades estudantis.

Quer também registrar com satisfação a presença dos Vereadores do PMDB do Município de Pitanga, Isidoro Borchuk, Irineu Kloster, Orlando Nalovicta e Onofre Pereira da Cruz.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 07/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 106/82 e 01/83.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/83.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 07, 16, 17 e 20/83.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como mais nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Edmar Luiz Costa apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI 106/82 — de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, que declara de utilidade pública a "LIGA IGUAÇUENSE DE FUTEBOL", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. PROJETO DE LEI 01/83 — de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA MARECHAL DEODORO, 47", com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão. PROJETO DE RESOLUÇÃO 07/83 de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, que denomina Deputado WALDEMAR DAROS, o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada Amélia Hruschka. Constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 14/83, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 40/83, encaminhando Anteprojeto de Lei que dá nova redação ao artigo segundo, da Lei 7.700, de 05 de janeiro de 1983. (Gratificação Policial Militar). PROJETO DE LEI 47/83 - de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, que regulamenta o desempenho das funções do Vice-Governador do Estado do Paraná. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida Cesar, e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Augusto Carneiro, Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Ivan Gubert, Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Reunião anterior. Nada havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei 43/83, do Deputado Edgard Pimentel. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 2) Proposição 44/83, do Poder

Executivo. Mensagem 47/83. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado, com o respectivo Projeto de Resolução. 3) Proposição 47/83, do Poder Executivo - Mensagem 42/83. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado com o respectivo Proj. de Resolução. 4) Proposição 45/83 do Poder Executivo - Mensagem 48/83. Relator, Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado com o respectivo Projeto de Resolução. 5) Proposição 46/83, do Poder Executivo - Mensagem 43/83. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado com o respectivo Projeto de Resolução. 6) Projeto de Lei 18/83, do Deputado Ezequias Losso e Trajano Bastos. Relator, Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 7) Projeto de Lei 38/83, do Deputado Basílio Zanusso. Relator, Deputado Anibal Khury. Requer seja convertido em diligência, junto a Secretaria de Estado da Segurança. Deferido. 8) Projeto 40/83, do Deputado Nestor Baptista. Relator, Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 9) — Proposição 48/83, do Poder Executivo - Mensagem 44/83. Relator, Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado com o respectivo Projeto de Resolução. 10) - Proposição 49/83 do Poder Executivo, Mensagem 49/83. Relator, Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado com o respectivo Projeto de Resolução. 11) — Projeto de Lei 19/83 do Deputado Basílio Zanusso. Relator, Deputado Gilberto Carvalho. Parecer contrário. Aprovado. 12) — Projeto de Lei 102/82, do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira. Requer seja convertido em diligência junto ao autor. Deferido. 13) — Projeto de Lei 78/82, do Deputado Nelson Friedrich. Relator, Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Contrário. Aprovado. Nada mais havendo a constar da Hora do Expediente, o Sr. Presidente deixou a palavra em aberto, tendo o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, feito a indicação do Sr. Deputado Gilberto Carvalho para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. O Sr. Deputado Gilberto Carvalho esclareceu que de sua parte fica a critério dos demais integrantes da Comissão. Os Srs. Deputados Anibal Khury e Ezequias Losso, usaram da palavra para prestarem seu apoio à eleição do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, salientando ainda, a possibilidade de maior intercâmbio de idéias entre os que têm a responsabilidade de dirigir e participar da Comissão de Constituição e Justiça. O Sr. Deputado Ervin Bonkoski esclareceu que na qualidade de candidato a Vice-Presidência, o fora por escolha da Bancada do PMDB quando se obteve o consenso, mas face às circunstâncias, agradeceu e elogiou a iniciativa do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado em indicar o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, e que em vista disso para estabelecer consenso, harmonia e trabalho homogêneo, não coloca óbice em se indicar um companheiro do PDS, pelo qual tem grande estima. O Sr. Deputado Gilberto Carvalho agradeceu a confiança de todos e a compreensão do Deputado Ervin Bonkoski, indicado anteriormente. Enalteceu ainda a grande responsabilidade da Comissão de Constituição e Justiça, no que se refere aos Projetos que tramitam nesta Casa, e que prestará sua colaboração da melhor forma possível. O Sr. Deputado Anibal Khury, apresentou Projeto de Lei que determina o arquivamento de Proposições apresentadas na legislatura anterior, convertido em autoria da CCJ e assinada por todos os presentes. O Sr. Presidente, Deputado Djalma de Almeida Cesar deu posse ao novo Vice-Presidente, e após, nada mais havendo a tratar declarou encerrada a reunião, marcando a próxima para o dia 24 de maio. Para constar e produzir os

efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente Djalma de Almeida Cesar, pelos Srs. Deputados presente à reunião e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária.

(aa) Deputado Djalma de Almeida Cesar
Presidente
Lúcia Maria da Veiga Segall
Secretária

1 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ATA DA 5a. REUNIÃO ORDINÁRIA
10a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida Cesar, e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Caito Quintana, Ervin Bonkoski, Ivan Gubert e Edmar Luiz Costa e mais a presença do Sr. Secretário da Justiça Professor Horácio Raccanelli Filho, que fez exposição sucinta dos três projetos prioritários a serem desenvolvidos naquela Pasta. O primeiro projeto versa sobre o Sistema Previdenciário (descentralização, implantação de Laborterapia, etc). O segundo projeto diz respeito a implantação de uma Procuradoria de Assistência Judiciária e o terceiro a implantação de um Conselho de Defesa da Pessoa Humana. Usaram da palavra os Srs. Deputados Ezequias Losso, Ervin Bonkoski, Caito Quintana, Anibal Khury, Gilberto Carvalho e Ivan Gubert, quando abordaram assuntos relacionados aos Projetos e discutiu-se sobre outras matérias afetas à Secretaria da Justiça. Ao final, o Sr. Secretário, Professor Horácio Raccanelli Filho colocou-se à disposição de todos os Srs. Deputados, para um melhor entrosamento do Executivo com o Legislativo. O Sr. Presidente Djalma de Almeida Cesar agradeceu a presença do Sr. Secretário, encerrando esta parte do trabalho. A seguir, havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos da 5a. reunião ordinária sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constatou da Hora do Expediente matérias anteriormente aprovadas nesta Comissão, e que a ela retornaram da Ordem do Dia, com sugestões para correções. Os Srs. Deputados presentes receberam os respectivos Processos, e após análise, o Sr. Deputado Anibal Khury sugeriu que os mesmos deveriam ser encaminhados ao Sr. Primeiro Secretário, mediante

Ofício do Sr. Presidente da Comissão, para que a Comissão Executiva tome providências com relação aos responsáveis pelas sugestões julgadas apócrifas, anexadas aos mesmos. Foi esclarecido que as matérias uma vez aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça caso necessitem de correções, as mesmas são realizadas na Comissão de Redação. Nada mais havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei 44/83, do Deputado Mário Pereira. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 2) — Proposição 51/83 do Poder Executivo Mensagem 51/83, do Poder Executivo. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado com o respectivo Projeto de Resolução. 3) — Projeto de Resolução 03/83 do Deputado Trajano Bastos. Acresce o inciso que especifica o artigo 39 do Regime Interno. Relator Deputado Caito Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 4) Projeto de Lei 27/83 do Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 5) — Projeto de Lei 42/83, do Deputado Nilso Sguarezi. Relator Deputado Caito Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 6) — Projeto de Resolução 33/83 do Deputado Caito Quintana. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 7) — Projeto de Lei 156/82, do Deputado Egon Pudell. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado com substitutivo geral. 8) — Projeto de Lei 37/83, do Deputado Tadeu França. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria da Educação. Deferido. 9) — Projeto de Lei 13/83 do Deputado Rubens Bueno. Relator Deputado Caito Quintana. Requerido vistas ao Deputado Edmar Luiz Costa. Deferido. Antes do encerramento os Srs. Deputados presentes, solicitaram que as reuniões da Comissão fossem transferidas para as terças feiras, após a Sessão Plenária, tendo-se decidido que seria consultado previamente a Divisão das Comissões, para que não coincidisse com o horário e dia de funcionamento das demais Comissões. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente Deputado Djalma de Almeida Cesar, pelos Srs. Deputados presentes e por mim Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária.

(aa) Deputado Djalma de Almeida Cesar
Presidente
Lúcia Maria da Veiga Segall
Secretária